



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA (AUDIÊNCIA PÚBLICA) REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 06 da Câmara dos Deputados, em Reunião de Audiência Pública convocada em consequência ao Requerimento 64/2011, dos Senhores Deputados Bohn Gass e Onyx Lorenzoni. As folhas de presença registram as assinaturas dos Senhores Deputados Lira Maia - Presidente; Celso Maldaner e José Nunes - Vice-Presidentes; Alceu Moreira, Arthur Lira, Assis do Couto, Beto Faro, Bohn Gass, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Edson Pimenta, Francisco Araújo, Heleno Silva, Hélio Santos, Homero Pereira, Jairo Ataíde, Josias Gomes, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luiz Nishimori, Marcon, Moacir Micheletto, Moreira Mendes, Nelson Padovani, Nilton Capixaba, Paulo Cesar Quartiero, Paulo Piau, Pedro Chaves, Reinaldo Azambuja, Reinhold Stephanes, Ronaldo Caiado, Vander Loubet, Vitor Penido e Zonta - Titulares; Alfredo Kaefer, Antônia Lúcia, Antônio Andrade, César Halum, Diego Andrade, Edinho Araújo, Geraldo Simões, João Ananias, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Setim, Marcos Montes, Nelson Marquezelli, Neri Geller, Onofre Santo Agostini, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Dorner, Ságua Moraes, Valdir Colatto, Valmir Assunção, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves - Suplentes. Compareceu também o Deputado Gonzaga Patriota, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Lupion, Carlos Magno, Jesus Rodrigues, Luis Carlos Heinze e Zé Silva. **ABERTURA:** Assumindo a Presidência, nos termos regimentais, o Deputado Celso Maldaner declarou abertos os trabalhos, cumprimentou todos e esclareceu que a reunião se destinava a "Debater a crise enfrentada pelos suinocultores no Brasil e o embargo da Rússia à carne Brasileira". Prossequindo, o Presidente esclareceu as regras para os trabalhos, informou que a lista de inscrições para os debates estava à disposição dos Senhores Deputados e convidou para comporem a mesa os Senhores: Francisco Sérgio Ferreira Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA; Ministro Paulo Estivallet de Mesquita, Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores; Tomé Luiz Freire Guth, Engenheiro Agrônomo da Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários da Conab; Antonio Mazurek, Primeiro-Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do DF, representando a CNA; Marcelo Dias Lopes, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS; Valdecir Luis Folador, Presidente da Associação dos Criadores e Suinocultores do Estado do RS - Acurs; Losivanio Luiz de Lorenzi, Presidente da Associação Catarinense de Suínos - Accs; Francisco Sérgio Turra, Presidente da União Brasileira de Avicultura; Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; Pércles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos; Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína; Custódio Rodrigues de Castro Júnior, Diretor Executivo da Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso – Filiada à ABCS; e Valdomiro Ferreira Júnior, Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos – APCS. Solicitando a palavra, o Deputado Valdir Colatto sugeriu que ante o número de expositores, que cada expositor ocupasse lugar à Mesa de

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0891/11	DATA: 29/06/2011
INÍCIO: 10h04min	TÉRMINO: 13h51min	DURAÇÃO: 03h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h46min	PÁGINAS: 82	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Presidente da Associação Catarinense de Suínos.</p> <p>MARCELO DIAS LOPES – Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos.</p> <p>PEDRO DE CAMARGO NETO – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.</p> <p>VALDECIR LUÍS FOLADOR – Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Estado do Rio Grande do Sul — ACSURS.</p> <p>CUSTÓDIO RODRIGUES DE CASTRO JÚNIOR – Diretor-Executivo da Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso.</p> <p>FRANCISCO SÉRGIO TURRA – Presidente da União Brasileira de Avicultura.</p> <p>ATÔNIO JORGE CAMARDELLI – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne.</p> <p>PÉRICLES SALAZAR – Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos.</p> <p>ANTONIO MAZUREK – 1º Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, representando a CNA.</p> <p>THOMÉ LUIZ FREIRE GUTH – Engenheiro agrônomo da Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários da CONAB.</p> <p>PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.</p> <p>VALDOMIRO FERREIRA JÚNIOR – Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos.</p>

SUMÁRIO: Debate sobre a crise enfrentada pelos suinocultores no Brasil e o embargo russo à carne brasileira.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.

**Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lira Maia) - Senhoras e Senhores, bom dia. Gostaria que todos tomassem assento.

Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, convocada para debater a crise enfrentada pelos suinocultores no Brasil e o embargo russo à carne brasileira.

Esta audiência pública foi proposta pelo Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, e pelo Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas do Rio Grande do Sul.

Foram convidados para participar desta audiência os senhores: Francisco Sérgio Ferreira Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA; Paulo Estivallet de Mesquita, Ministro Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores; Tomé Luiz Freire Guth, Engenheiro Agrônomo da Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários da CONAB; Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG; Antonio Mazurek, Primeiro Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, representando a CNA; Marcelo Dias Lopes, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos — ABCS; Valdecir Luis Folador, Presidente da Associação de Criador de Suinocultores do Estado do Rio Grande do Sul; Losivanio Luiz de Lorenzi, Presidente da Associação Catarinense de Suínos; Francisco Sérgio Turra, Presidente da União Brasileira de Avicultura; Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos; e Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.

Devo dizer que, neste horário, esta Comissão teria reunião ordinária costumeira, que acontece sempre nas quartas-feiras, mas, por decisão unânime da Comissão, ela foi transformada nesta audiência pública para que possamos debater esse tema tão importante durante um tempo maior, devido ao número de convidados.

Convido o Srs. Francisco Sérgio Ferreira Jardim, Paulo Estivallet de Mesquita, Tomé Luiz Freire Guth e Francisco Sérgio Turra para tomarem assento à mesa.

A mesa nossa é pequena, nela não cabem todos os convidados, portanto, reservamos as primeiras fileiras que são para os demais convidados. Eu convido os Srs: Antonio Mazurek, Marcelo Dias Lopes, Valdecir Luis Folador, Losivanio Luiz de Lorenzi, Antônio Jorge Camardelli, Péricles Salazar e Pedro de Camargo Neto, para tomarem assento à primeira bancada, por gentileza.

Informo aos Srs. Parlamentares que os expositores terão o prazo máximo de 10

minutos, não podendo ser aparteados. Nesse particular, eu gostaria de combinar com os senhores expositores — devido ao grande número de convidados — o seguinte: se puderem usar menos o tempo será melhor para todos nós, sem prejuízo, lógico, daquilo que V.Sas. trouxeram para essa reunião.

Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo intervalo de tempo igual para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Então, vamos iniciar. Eu passo a palavra ao Sr. Valdecir Luis Folador, Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Estado do Rio Grande do Sul.

Nós, tradicionalmente, nesta Casa, vamos iniciar coordenando essa reunião, e, logo mais, passaremos a palavra ao Deputado Bohn Gass, um dos autores do requerimento. Passaremos a Presidência ao Deputado Bohn Gass que, juntamente com o Deputado Onyx Lorenzoni, continuará coordenando esta reunião.

Passo a palavra ao Sr. Valdecir pelo prazo de 10 minutos. *(Pausa.)* Sr. Valdecir.

Vamos passar a palavra ao Sr. Losivanio Luiz de Lorenzi, Presidente da Associação Catarinense de Suínos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lira Maia) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Cumprimento V.Exa. e todos os debatedores. Eu solicitaria a gentileza dos debatedores que estão na mesa: quando alguém fizer explanação, que o faça na mesa para ficar mais frente a frente aqui. Apenas mudando aqui o local de posição para aqueles que vão falar na mesa, assim fica mais fácil para nossa interlocução com os debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lira Maia) - Muito bem, muito obrigado.

Acho que o Sr. Losivanio está... Então, convido o Sr. Losivanio para vir à mesa e vamos fazer um rodízio.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI - Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão e, em nome dele, cumprimentar todas as autoridades já nominadas aqui até o momento.

Quero dizer que, apesar da dificuldade que estamos enfrentando, é uma satisfação poder estar aqui para fazer esse debate com esse conjunto de pessoas que vivem do setor e que dependem do setor, que são os seus grandes representantes.

A gente sabe que a suinocultura brasileira tem sido muito representativa a nível internacional, em especial a de Santa Catarina, que tem um *status* diferenciado, mas até

momento não tivemos, entre produtores e indústria, um diferencial de preço para isso. É claro que a gente entende o processo todo, como funciona; foram anos de investimentos para chegarmos a ser livres de febre aftosa, sem vacinação, mas há uma dificuldade ainda hoje de se manter no setor. A gente viu as dificuldades para novos mercados, as dificuldades para o aumento de mercado interno. Muito embora tenhamos feito um diferencial no último ano, devido a quatro, cinco fatores, há essa dificuldade da questão de câmbio, do milho, do alto custo da produção, do baixo consumo interno. Então, estamos passando por uma dificuldade que eu acredito ser a maior crise da história da suinocultura brasileira.

Nós sempre tivemos crises, mais dificuldades no Sul do País, devido à falta de grão em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que agora tem se agravado em todo o País.

Na última quarta-feira nós fizemos uma audiência pública sobre a suinocultura na Assembleia Legislativa do Estado e foram dados alguns encaminhamentos para que pudessem tirar o setor dessa crise. É aquilo que eu falava naquele momento, que hoje a crise passa por um processo político. Tem que haver uma intervenção política forte para que não se excluam esses bravos brasileiros, que são os suinocultores, que é o povo do agronegócio, que nos últimos anos tem pagado a conta. Quando não é o produtor do milho que paga a conta, o suíno ganha o seu dinheiro, o mercado de carnes ganha o seu dinheiro e agora isso é invertido. Então, o produtor de grão está ganhando dinheiro e o produtor de carne está sendo penalizado para manter esse alimento.

Então, o que foi feito lá na Assembleia? Eu até vou ler aqui, e o Deputado Maldaner deve tê-lo recebido também para entregar para a Comissão aqui da Câmara Federal. Então, foi feito um resumo.

Consideramos aqui que o Estado de Santa Catarina responde por 25% da produção nacional e participa com 28% das exportações brasileiras. Além de ser o maior produtor de carne suína do País, possui um índice de produtividade, tanto na industrialização quanto na produção de suínos, de excelência. São cerca de 14 mil famílias. Então, é um número representativo muito grande. Nós temos hoje mais de 200 mil pessoas ligadas à atividade. Então, tem que ser muito considerado isso. Mantém um rebanho de 6,2 milhões de animais no Estado.

A redução do volume das exportações também tem sido essa dificuldade para que essa crise chegasse onde está. Os preços praticados não cobrem os custos de produção, principalmente devido ao elevado preço do milho. A suinocultura passa por um momento delicado e já acusa perdas significativas, podendo ser agravados, caso não sejam adotadas medidas imediatas que auxiliem esse importante segmento produtivo.

Nós debatemos lá algumas coisas que seriam feitas em âmbito estadual e também em âmbito federal. Nós temos hoje dentro do Estado uma lei que complementa, que coloca a carne suína na merenda escolar. A partir de agora será colocado.

Então, o que foi proposto para tirar essa crise? As medidas seriam as seguintes: a liberação de milho nos estoques da CONAB acima do que está previsto para o nosso Estado e também um PEP de milho para a Região Sul, com o prêmio de 8 reais. A gente sabe que nós temos isso para outros Estados, para outras regiões, mas não para a Região Sul, porque prejudicaria o Estado do Paraná. Mas hoje, com o preço do milho globalizado, seria importantíssimo, necessário e urgente a liberação então desse PEP de milho para a Região Sul.

A questão de custeio e investimentos efetuados para a produção de suínos tem que ser prorrogada. O produtor já está ficando inadimplente, não consegue mais se manter na atividade, não tem mais recurso para tocar a atividade. Inúmeros produtores, mini-integradoras do Estado estão deixando a atividade. Isso está causando um caos social muito grande nas próprias Prefeituras nos Municípios. Então, também tem que ter essa linha de crédito para que permita que os produtores se mantenham na atividade até uma melhora do setor, para que possam estar saldando essas dívidas.

Adoção de medidas que permitam um maior consumo de carne suína nas instituições públicas, bem como a carne suína na merenda escolar, que é o nosso caso.

A gente vê que o Governo Federal também poderia comprar essas carnes, adquirir um volume de carne para colocar nesses órgãos públicos. Isso com certeza faria um diferencial também.

A criação de uma campanha oficial, visando ao aumento de consumo da carne suína no País. A gente lembra que o Governo Federal fez isso ao criar o selo ABIC de café. Ele fez uma grande campanha e aumentou muito o consumo do café no País, e nós também estamos pleiteando isso, para que façam da carne suína uma carne de excelência, que tem um grande setor envolvido, um grande número de pessoas. Que se faça então, através do Governo Federal, o aumento do consumo da carne suína, tirando-se ainda um pouco daquilo que se fala e foi comentado muito sobre a questão da gripe suína.

A imprensa às vezes noticia erradamente quando fala da gripe H1N1 e fala “gripe suína”. A gente sofreu muito há 2 anos, quando aconteceu. Agora, então, na entrada do inverno, sempre há essa menção de “gripe suína”. Então, nós temos que tirar essa realidade do setor, porque não tem nada a ver com a carne. Seria um grande diferencial também.

Aqui a gente vê que haveria de ter uma forma de o Governo ter um controle de produção no País na questão de aumento. É claro que a gente comemorou, há 4 anos, no Estado, quando tivemos a certificação pelo OIE; comemoramos em novembro do ano passado quando tivemos a abertura do mercado americano; comemoramos, há poucos dias, a abertura do mercado chinês, mas até então não aconteceu nada para que se pudesse alavancar o volume de exportações. Que haja um empenho maior do Governo brasileiro quanto a essa comercialização, ou melhor, a divulgação desse produto tão nobre, que é a carne suína, para outros países, para exportação. Ou também pode se fazer uma venda casada, como o pessoal sempre fala, porque a gente exporta frango para inúmeros países e não exporta na mesma quantidade ou nem a metade delas a carne suína. As mesmas empresas que trabalham no setor de frango trabalham também a suinocultura.

Então, são algumas questões. Por isso a gente coloca que tem que ter um empenho político maior. Temos que trabalhar melhor essas balanças comerciais para que a gente possa então ter esse diferencial, aumentar o volume de carne para exportação, mas também dar condições de fazer com que aumentemos também o consumo.

Outra dificuldade que a gente analisou foi que as grandes redes de supermercado não baixaram nem a metade daquilo que baixou para o produtor. Nós estamos comercializando o suíno a R\$1,80 o quilo, enquanto que no mercado final a gente vê costelinhas a preços absurdos de 40 reais o quilo, *bacon* em torno de 30 reais o quilo.

São essas dificuldades que o setor enfrenta. Então, precisamos de medidas políticas. Acreditamos que elas vão vir a partir deste momento, tanto é que nós fizemos audiência pública lá e foi solicitado aqui.

Agradeço então a todos pela presença e a todos que vão se pronunciar aqui. Que a gente saia daqui com um encaminhamento que possa realmente tirar esse sufoco da área da suinocultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lira Maia) - Obrigado, Sr. Losivanio Luiz de Lorenzi. Parabéns pelo cumprimento, na íntegra, do tempo.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Marcelo Dias Lopes, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos.

Também, conforme a tradição da Casa, eu queria convidar o Deputado Bohn Gass para presidir esta sessão, ele que, juntamente com o Deputado Onyx Lorenzoni foram autores do requerimento e, portanto, deverão coordenar esta reunião.

O SR. MARCELO DIAS LOPES - Bom dia a todos. Em nome do Deputado Bohn

Gass, cumprimento o restante das autoridades. Srs. Presidentes Estaduais, senhoras e senhores, bom dia.

Senhores, o que nos traz aqui infelizmente são notícias nada agradáveis para a nossa classe. Os nossos produtores não estão conseguindo pagar as contas. Nós estamos nos endividando. Até 2050, segundo a FAO, nós vamos ter uma população de 9 bilhões de pessoas no mundo, com um crescimento de 70% a 100% no consumo de alimentos. O Brasil tem em torno de 20% a 25% do mercado de carnes. É um dos poucos países que têm condições de atender a essa demanda, inclusive na inclusão social Ásia e América do Sul.

A nossa cadeia gera 1 milhão de empregos, senhores; 1 milhão de empregos. Estamos distribuídos em 60 mil granjas, 240 mil membros de famílias trabalhando nas granjas; 230 mil empregos nas granjas; 150 mil empregos nas indústrias de insumos e serviços — este é o próximo elo da cadeia que deve sentir a crise —, 120 mil empregos na indústria de transformação e 160 mil empregos na comercialização.

Nós temos 900 Municípios atingidos pela crise. Se os senhores observarem bem, verão que a concentração é maior no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, mas também já temos granjas do Nordeste e do Norte do País vivendo esta mesma crise. Um exemplo está no Vale do Taquari. São 37 Municípios, 320 mil pessoas, 60 mil matrizes. Noventa e dois por cento do PIB é oriundo do meio rural e cerca de 35% do PIB advêm diretamente da suinocultura: imaginem como estão vivendo essas pessoas nesses lugares!

Para que se tenham uma ideia em relação aos custos, no mercado *spot* em Minas Gerais — o mercado *spot*, para os que não sabem, é o mercado livre —, no ano passado, chegamos a trabalhar o quilo a R\$ 3,60; neste ano, já estamos trabalhando a R\$ 2,30, sendo que há um custo de R\$ 2,50 a R\$ 2,80 para o quilo do suíno vivo. Isso significa um prejuízo de R\$ 0,30 a R\$ 0,50 centavos por quilo.

Uma referência é Santa Catarina, para fazermos uma relação dos integrados. Enquanto lá tivemos, no ápice, o pagamento a R\$3,70, em Santa Catarina nós tivemos apenas R\$2,60 para os independentes.

Essa curva de tendência mostra-nos exatamente a diferença entre o mercado aberto e a integração. Em janeiro de 2005, a curva nos mostrava um deságio de 10% a 15%. Já em outubro de 2010, esse deságio ficou em torno de 35%. Vejam a gravidade do problema: um prejuízo acumulado no setor, em 3 meses, de 1 bilhão de reais, que caiu na conta dos produtores. Nós estamos fechando, senhores!

Um dado da FAO nos mostra que, nos anos de 2000 e 2004, como base, os cereais aumentaram muito. Nós tivemos aumento de 100% a 150% nesses últimos anos.

Isso impacta diretamente a nossa produção. A alimentação do suíno tem de 70% a 80% de grãos, soja e milho.

Esta é uma relação muito interessante no mercado *spot*. O ideal é quando ele atinge aquela linha pontilhada: 1 quilo de suíno comprando 8 quilos de milho e 1 quilo de suíno comprando 4 quilos de farelo de soja, no ideal. Senhores, vejam que este ano nós já estamos no prejuízo: 1 quilo não paga 6 quilos de milho. E, conseqüentemente, o farelo também não chega a 3 quilos.

Mostrando também uma relação ao mercado de integração, essa linha nunca chega a uma equação ideal. Alguém está pagando esse prejuízo, e tenho certeza de que isso está caindo na mão do produtor.

Há outro problema, o da exportação. Oitenta por cento da nossa carne exportada está na mão de três países. Tivemos agora o embargo da Rússia, por diversos problemas, sendo que 53% simplesmente ficou aqui — e na mão de apenas um país. Isso nos traz grandes problemas. Contudo, se os senhores analisarem, verão que não só a exportação é o nosso problema, porque apenas 16,7% da carne é exportada; o restante, 83,3%, ficam aqui. Os insumos caros e os preços pagos aos produtores é que são os grandes vilões da nossa cadeia.

Estas são as conseqüências, senhores: empréstimos atrasados; depreciação na granja, considerando que temos animais de alta tecnologia, ou seja, as granjas têm que ter investimentos todos os anos, estão ficando ultrapassadas em função da falta de tecnologia; e o produto que vai faltar.

A suinocultura é muito diferente das demais proteínas. O gado se põe no pasto. O frango passa 30 a 40 dias e encerra. Para podermos parar a nossa produção, levamos de 6 meses a 1 ano; e para retomar essa mesma produção, ficamos na casa de 2 anos, senhores. Essa carne vai fazer falta na mesa do brasileiro.

Estas são algumas reivindicações, para que possamos passar por esta crise e para que sirvam para as demais crises. Não é certo que todos os anos, quando acontece alguma coisa, fiquemos pedindo: “*Nós precisamos disso ou daquilo*”. Nós fizemos um apanhado junto às associações: participação ativa do Governo na abertura de novos mercados, para diversificar os destinos; definição de uma política agrícola mais eficiente para o mercado de grãos (milho e sorgo), para a redução de oscilação; buscas de mercado; política de preço mínimo para o suíno em nível nacional; programa de compras de carne suína para os estoques públicos, em épocas de crise do setor provocadas por externalidades; e a tramitação do PL nº 8.023, de 2010, Lei das Tramitações.

Obrigado, senhores.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Quero fazer uma intervenção e pedir algo aos debatedores.

Nós, Deputados, estamos aqui para ouvir e para buscar ajudar o setor da suinocultura, que está em crise. Pedimos aos debatedores que apresentem o problema e as sugestões. Que se apresentem quais soluções podemos buscar, para que façamos aqui um trabalho e depois, ao final, possamos levá-lo às instâncias do Governo e a quem mais for preciso — Ministro Turra, V.Exa. é experiente neste assunto —, para que possamos caminhar. Todos sabem que nós estamos com uma crise na suinocultura. Foram importantes os dados que o Presidente da ABCS apresentou. Isso ficaria como argumentos para expormos num documento, a fim de buscarmos as reivindicações e as soluções. Que se pautassem as apresentações em informação acerca da crise real e das possíveis soluções que nós precisamos encaminhar para a Frente, com a orientação dos expositores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Pois não, Deputado Valdir Colatto.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Quero apenas colaborar com o Deputado Valdir Colatto.

Estamos aqui, todos os anos, ouvindo. Conhecemos a crise. O que gostaríamos de saber — e teremos depois a participação do representante do Governo — é o seguinte: existindo o problema, qual é a solução a curto, a médio e a longo prazo? A curto prazo, o que tem que ser feito? A médio prazo, o que tem que ser feito? A longo prazo, o que tem que ser feito?

Não vamos desmerecer, em hipótese alguma, o diagnóstico que os senhores estão apresentando, mas precisamos aproveitarmos o tempo. Caso contrário, ficaremos aqui ouvindo toda a problemática — ouvimos o Presidente da Associação dos Suinocultores de Santa Catarina e depois ouvimos o da Associação Brasileira — e, caso atentemos, veremos que o assunto é quase o mesmo.

Portanto, proponho que, além daquilo que o Deputado propõe, seja apresentada a solução para esse problema: *“A curto prazo, solução seria esta; a médio prazo, essa é a solução; a longo prazo...”*, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Acredito que essa sugestão fica para os próximos oradores.

Vou controlar o tempo, para que sejam o mais rápidas possível também as falas

iniciais, porque serão várias. Mas é importante ouvirmos o setor. O setor foi convidado, então vamos ouvi-lo.

Vamos seguir a nossa orientação com relação à brevidade e à centralidade objetiva. Para tanto, contamos com os nossos queridos convidados, palestrantes, painelistas.

Passarei a palavra ao Sr. Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, também pelo prazo de 10 minutos. Antes, contudo, anuncio a presença de Vilson Spessatto, Vice-Presidente da ABCS; Adir Engel, Secretário da Agricultura do Município de Braço do Norte, Santa Catarina; Antônio Colussi, Secretário da Agricultura do Município de Concórdia, Santa Catarina; e Closmar Zagonel, Vereador de Concórdia, Santa Catarina.

Por favor, Sr. Pedro de Camargo, o senhor tem o seu tempo, que estipulamos em torno de 10 minutos. Se puder ser menos, isso colaborará com a sessão.

O SR. PEDRO DE CAMARGO NETO - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o convite. É um prazer voltar à Comissão de Agricultura, local em que certamente encontramos apoio para enfrentar momentos como este.

Deputado, antes fosse simples fazer a apresentação de maneira tão objetiva, como os Srs. Deputados nos solicitam. Acho importante agora, pelo menos, trabalhar nessa linha.

Qual é o tamanho da crise? Vemos claramente uma crise, um desajuste entre oferta e demanda, o que periodicamente ocorre, mas desta vez ocorre com uma força muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Sr. Pedro, aproxime um pouco mais o microfone.

Solicito ao plenário que colabore conosco.

O SR. PEDRO DE CAMARGO NETO - No momento, o milho, principal insumo, teve um crescimento de preço vertiginoso. Periodicamente ocorrem crises de oferta e demanda, mas uma crise deste tamanho, com o preço do milho nas alturas, como ocorre hoje, torna a crise muito mais grave.

Nós estimamos a oferta este ano: ao redor de 5% mais carne suína em 2011 do que houve em 2010. Se analisarmos o número de animais abatidos nos últimos meses, verificaremos que já se encontra, no Rio Grande do Sul, acima de 2,5%. Mas se encontram as carcaças 3% superiores em peso, devido à eficiência e à tecnologia. Assim, são 5% a mais de carne no mercado.

Isso ocorreu, e é um aumento que não está fora do normal, porque foi mais ou

menos o que ocorreu ano passado, de 2009 para 2010. Contudo, em 2010 esse aumento de oferta encontrou um aumento da demanda interna. O brasileiro teve mais poder aquisitivo, alimentou-se melhor, consumiu mais de tudo, também mais carne suína e mais produtos industrializados de carne suína. Justamente em 2011, nós encontramos um quadro completamente diferente e adverso. É difícil falar com certeza desses números, mas já existem avaliações de que, na proteína animal, já caiu 3% o consumo. E, se a proteína animal caiu 3%, a carne suína caiu mais do que isso, sofrendo a forte concorrência das outras carnes e dos produtos industrializados de carne suína, que também são mais caros.

O Brasil vive um ajuste, e até o Governo vem trabalhando para isto, para segurar a economia. O fato é que, com tudo isso, o consumidor hoje está com menos dinheiro no bolso, e a elasticidade das carnes é onde ele encontra o seu ajuste; então, há um consumo muito menor. Há 5% a mais de carne e 5% a menos de consumo. Falando em números redondos, esse é o tamanho da crise. E ocorre no momento em que o milho subiu de maneira totalmente desproporcional, colocando os produtores do modo como bem foi dito.

Na exportação, já este ano exportamos 4% a menos, em volume, do que exportamos em 2010. Com esses 4%, já estão dentro dessa queda no mercado interno 5%. Vejam os senhores o problema em que nos encontramos!

Qual é a solução? Acho importante dizer que a crise é muito forte, que o momento é infeliz, mas a perspectiva da suinocultura é muito positiva. Após anos e anos de esforço tentando abrir nossos mercados, para sair da dependência do mercado da Rússia, começava-se a enxergar que isso iria ocorrer. A Presidente Dilma, quando esteve na China, meses atrás, abriu o mercado daquele país. As exportações para a China vão começar a ocorrer. Nunca é imediato, nunca foi imediato, mas já estamos nos preparando para passar a exportar também para a China. Também depois de anos e anos de esforço, o Japão confirmou sua vinda para a primeira quinzena de agosto. O Japão é o maior mercado do mundo.

Se V.Exa. me permite, sugiro algo para os Srs. Deputados: uma visita de cortesia ao Sr. Embaixador do Japão aqui em Brasília, pedindo para que S.Exa. dê atenção a isso. Acho que o atraso não é uma questão de protecionismo; o atraso ocorre porque as coisas demoram mesmo. Eles tiveram a infelicidade de sofrer um foco de febre aftosa no ano passado, depois tiveram a infelicidade dessa tragédia do tsunâmi, mas agora, quando já confirmaram, é importante que venham e que a tramitação, a seguir dessa vinda, seja célere, para podermos aumentar a exportação.

Há também o mercado da Coreia, em que ocorre um processo meio tumultuado. É importante que lhe seja oferecida atenção, para que também isso ocorra.

Esse foi o lado das exportações, agora vou ser repetitivo em relação ao que todos falaram.

Em primeiro lugar, acho importante que todo esse crédito de investimento e de custeio seja prorrogado. Não tem sentido, agora, colocar na inadimplência o setor que enfrenta essa crise.

Vimos propondo uma aquisição também, o que já foi dito, de carne suína. Sabemos que não é tradicional, que é difícil, que não é rotineiro. Não é como adquirir milho, arroz, etc. Mas o fato é que a crise exige que se esforce para fazer uma aquisição de carne suína.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Sr. Pedro, há muita conversa lateral. Peço a todos a gentileza da colaboração, para ouvirmos com atenção a exposição de nosso painelista.

O SR. PEDRO DE CAMARGO NETO - Essa medida da aquisição precisa ser enfrentada, infelizmente, neste momento. Não é tradição, não é simples, não é trivial, mas teremos que fazer um esforço para que ela ocorra. Acho que se está nessa linha.

A questão do milho é muito, muito séria. Infelizmente, nós vamos entrar em 2011 numa situação difícil para o milho. Em 2010, passamos o ano inteiro pedindo e reclamando, sem sucesso. Vamos ver se agora, com a chegada da crise, conseguimos uma atenção para o suprimento do setor com esse insumo, que é básico.

Acho que esses são os pontos principais, Sr. Presidente.

Falando da questão da Rússia, eu queria desatrelar a questão do embargo da Rússia ao tamanho da crise. Por quê? Quero desatrelar porque a crise é muito maior do que a questão do embargo da Rússia. O embargo da Rússia passou a vigorar há 10 ou 15 dias. Houve uma antecipação de embarques na primeira quinzena. O que nós deixamos de exportar — exportamos menos para a Rússia hoje — é um valor que atrapalha, mas é um valor pequeno, considerando-se o tamanho da crise.

E continuamos confiantes de que a questão da Rússia será resolvida. O Ministério da Agricultura entregou a documentação que eles pediam, e o fez na semana passada, dia 22. Com a documentação entregue, foi agendada uma reunião. O Secretário Jardim está indo para lá. Vejo uma solução rápida, agora. Ficaria muito ruim atrelar esta crise à questão da Rússia, caso a Rússia resolva e a crise permaneça.

Portanto, precisamos enfrentar a crise e também trabalhar nessas questões de Rússia, de Japão, de Coreia. Mas precisamos trabalhar uma aquisição de carne suína.

Não é o tradicional, não é o trivial, mas vamos trabalhar para que ocorra. Isso é possível.

E precisamos enfrentar a questão do milho. Será um ano difícil, os estoques estão baixos. Felizmente, parece que nos Estados Unidos a questão está um pouco melhor, os preços têm-se reduzido, mas é uma questão de abastecimento, de ajuste fino. No ano passado, nós não conseguimos chamar a atenção necessária.

Eram essas as questões.

Coloco-me à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Sr. Pedro de Camargo Neto.

Chamo imediatamente o Sr. Valdecir Luis Folador, Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Estado do Rio Grande do Sul — ACSURS, que terá o mesmo tempo para a exposição.

Aproveito para anunciar a presença de Renato Zanatta, Vereador de Rondinha, Rio Grande do Sul; Edmilson Pedrini, Vereador de Rondinha, Rio Grande do Sul; Mauro Gobbi, Vice-Presidente da Associação de Criadores Suínos do Rio Grande do Sul; Sérgio Fortes, Vereador de Rondinha; e Amarildo Pitol, Vereador de Rondinha.

Sejam bem-vindos!

O SR. VALDECIR LUIS FOLADOR - Bom dia, Deputado Bohn Gass e todos nossos colegas produtores e presidentes das associações.

Infelizmente, estamos em mais uma audiência pública para falar de crise na suinocultura. Já estivemos aqui em outras oportunidades. Essa retórica tem sido mais frequente do que gostaríamos que fosse, porque a cada evento — e agora especialmente, com a questão do embargo russo — isso se agrava.

O Pedro falou da exportação para a Rússia. A Rússia é um país importante, sem dúvida. Esse embargo foi o grande foco. Nós já vínhamos num período de dificuldade, num período de preços baixos, com custos de produção elevados. Contudo, após o anúncio do embargo da Rússia às carnes brasileiras, nos primeiros 15 dias o preço do suíno despencou: de R\$2,20 ou R\$2,30 para R\$ 1,70 ou R\$ 1,80. Portanto, se não tem muito a ver, por causa do volume, porque ocorreram embarques antecipados, fica muito claro isto: é um mercado, vivemos num mercado livre.

Mas há uma especulação de mercado sobre isso. Se não havia a necessidade, se o embargo da Rússia não é tão grave assim, por que o produtor está vendendo suínos a R\$ 1,70 ou a R\$ 1,50? Estão oferecendo R\$ 1,50 para o suinocultor! Estão querendo comprar suíno a R\$ 1,00! Por isso, acho que é preciso analisar pelo outro contexto, porque há uma questão muito mais grave, que vem no sentido da especulação de

mercado. No momento em que vamos ao supermercado, se nós temos maior oferta de carne no mercado interno — aumento de produção, aumento de eficiência —, o consumidor deveria estar pagando pelo quilo da carne suína, Deputado Bohn Gass, não R\$ 8,00 ou R\$ 9,00, no caso da carne *in natura*, e sim R\$ 5,00 ou R\$ 6,00. Quando observamos um preço menor da carne suína, nós só observamos nas ofertas de finais de semana que as redes fazem.

Portanto, não é essa a realidade. A realidade é que o produtor está quebrando. O produtor está fechando as granjas, está desistindo da atividade. Nós conhecemos inúmeros produtores no Rio Grande do Sul, e se procura sempre dizer, num momento de crise, que a dificuldade é do produtor independente. Isso não é verdade. O produtor integrado está quebrando também. Conheço inúmeros produtores que vão sair da atividade, e são integrados, porque falta renda. Está faltando renda para o nosso suinocultor. Se fizermos um levantamento hoje no campo, veremos que os produtores de suínos estão com as propriedades comprometidas, não têm recurso para pagar suas contas, seus compromissos. É isso que verificamos no campo hoje.

Não estamos falando de uma crise de agora, imediata, que aconteceu ou vem acontecendo desde o final do ano passado. Tivemos em outros momentos. Nós estamos falando da dificuldade de um setor que se vem arrastando há longo tempo. Nós precisamos resolver essa questão dentro do setor.

Quanto a embargo, tenho uma opinião muito pessoal em relação a isso. Na minha opinião, toda a responsabilidade desse evento que está acontecendo em relação ao embargo é do Governo, do Ministério da Agricultura. Acho que o Ministério da Agricultura está mergulhado numa inércia. Por que deixaram acontecer esse embargo? Tenho informações de que a Rússia vinha pedindo explicações do Ministério da Agricultura, pedindo relatórios há vários meses, e o Ministério não respondia. O Ministério da Agricultura precisa ser mais atuante. É o produtor que está carregando novamente essa dificuldade. Onde está o Ministério da Agricultura?

Quanto à estruturação, será que o Ministério da Agricultura virou um loteamento de cargos políticos? Essa é a minha opinião, é o que estou observando. Sou produtor, sou presidente de uma entidade, não ocupo cargo político. Essa é a visão do nosso setor. Há uma inércia, há uma falta de objetividade por parte do Ministério da Agricultura em relação a isso. O Ministério tem que ser mais efetivo, precisa trabalhar as políticas de mercado internacional de forma mais séria, mais coerente, com menos discurso. Acho que o setor não pode pagar essa conta sozinho. O Ministério precisa profissionalizar-se, precisa parar de trabalhar de forma política somente, precisa de profissionalização. Temos que olhar os

setores — não só o setor dos suínos mas também os demais setores de produção brasileira — de forma mais profissional, mais comprometida. Se somos responsáveis por manter o equilíbrio da balança comercial brasileira, cadê a nossa valorização?

E está estourando a inflação, o Brasil está perdendo o controle. Quem segurou a inflação? O produtor, porque lá no supermercado o preço não baixou. O preço baixou somente para o produtor, como está acontecendo agora com a questão da suinocultura.

Por isso, é necessário que o Governo tenha políticas para atacar, nesses momentos. Nós estamos observando o pessoal do arroz quebrando, vendo todo mundo quebrando, e ninguém está fazendo nada. Eles anunciam medidas que não vêm ao encontro das necessidades.

As medidas aqui solicitadas, nós precisamos delas emergencialmente, como na questão do milho. Nós estivemos há 15 dias com o Ministro e com o Presidente da CONAB, e até agora nada aconteceu. Cadê a resposta? Nós levamos o nosso pleito. Lá estávamos eu, o presidente da associação catarinense e o Deputado Bohn Gass. Cadê aquilo que nos prometeram há 15 dias? Até agora ninguém sabe de nada, ninguém tomou providência alguma.

Quanto à questão de uma política de preço mínimo, até está na PGPM o preço mínimo para a carne suína, mas sabemos que preço mínimo no Brasil para produção, não só de carnes como de grãos, infelizmente só está no papel. Existe a lei, mas não é cumprida. Portanto, é preciso trabalhar uma questão mais séria e coerente nesse assunto. Os programas, como o de compra de carne, são medidas emergenciais, que vêm tirar do produtor esse sofrimento momentâneo.

Há uma última questão, Deputado Bohn Gass. Quero citar aqui o exemplo de uma empresa do Rio Grande do Sul, a Doux Frangosul. Faz 3 anos que não paga seus produtores, e a questão vem se arrastando. Eu pediria a esta Comissão que fosse montada uma comissão de acompanhamento da situação, porque estão só enrolando os produtores, Deputado Bohn Gass. Os produtores estão com problema para pagar a conta da luz, a conta do combustível. Estão indo para o SPC, para o SERASA, porque a empresa não paga a seus integrados. É feito acordo, há reuniões com a associação e com a FETAG para se buscar uma solução. Foram feitos vários cronogramas de pagamento, e nenhum foi cumprido na integralidade. Esse é um assunto muito sério, Deputado. Em torno de 3 mil produtores, entre avicultores e suinocultores, estão recebendo migalhas e não estão conseguindo pagar as suas contas. A questão da Doux Frangosul tem que ser avaliada. Por isso, peço a esta Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados que acompanhe esse processo, porque não é possível que uma

empresa desse porte, com sede na França, venha explorar os nossos agricultores e fazê-los trabalhar sem direito a receberem pelo trabalho. Acho que isso tem que ser visto. Temos de buscar, de forma bastante contundente, uma solução.

Enfim, é o que nós precisamos: um apoio, uma injeção na veia agora, com essas medidas que foram apresentadas, para que muitos produtores não saiam da atividade. Vai acontecer uma debandada muito grande de produtores da suinocultura, sejam integrados, sejam independentes. Sendo suinocultor, não há mais condições de se manter na atividade.

Só para finalizar, digo que precisamos urgentemente trabalhar o PL da integração. Precisamos dessa regulamentação da integração do setor de suínos e de aves no Brasil, para que tenhamos marcos regulatórios, para que haja realmente uma cadeia produtiva, no contexto da palavra: crescimento em conjunto. É isso que defendemos e buscamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Sr. Folador.

Na sequência, chamo o Sr. Custódio Rodrigues de Castro Júnior, Diretor Executivo da Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso. Conforme o Deputado Homero sugeriu, nós vamos conceder a palavra à Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso.

O SR. CUSTÓDIO RODRIGUES DE CASTRO JÚNIOR - Bom dia a todos.

Deputado Bohn Gass, primeiramente, é uma satisfação muito grande estar aqui.

Na realidade, a própria Associação Brasileira de Criadores de Suínos falou da crise que estamos passando na suinocultura. A Associação Brasileira, como um todo, buscou junto às associações de todos os Estados posicionamento sobre algumas questões que foram apresentadas aqui para que saíssemos dessa crise. Há muito tempo não víamos uma crise como esta.

Mato Grosso hoje é um Estado pujante, um Estado que gera emprego e renda. Gera uma infinidade de produção agrícola, entre farelo de soja e milho, e tem uma suinocultura que desponta como bastante atuante a nível nacional. Para que todos os Estados tenham uma ideia, temos lá praticamente 120 mil matrizes. Produzimos milho e farelo de soja, e consumimos quase 1 milhão de toneladas de farelo de soja e milho.

Acho que, no momento desta crise, devemos averiguar algumas questões. O Governo, quase obrigatoriamente, tem de ver todas as cadeias produtivas, como já foi dito. E lembro que tem de haver um planejamento estratégico. Em todas as crises que tivemos, viemos buscar socorro, mas não temos questão de estocagem, não temos questão de estoque de milho. Nós sugerimos a compra de carne pelo Governo, mas nós

não temos onde estocar essa carne, nem no Mato Grosso nem em algum outro lugar. Ficamos à mercê justamente desse mercado internacional, o que, relembro o que falou o Dr. Pedro, da ABIPECS, não é o problema que temos hoje: o mercado internacional veio somente acentuar a crise que temos aqui. Vimos a suinocultura arrastando-se desde o começo do ano.

Buscamos socorro nos Estados, com os Governadores. Particularmente, penso que estão achando que esta crise é como as outras: muito simples. Os suinocultores, como foi dito aqui, estão quebrando, literalmente. Hoje, no Mato Grosso, estamos com um custo de produção que oscila entre R\$ 2,10 e R\$ 2,20. E, como também foi dito, há frigorífico oferecendo R\$ 1,00 para o produtor. A média que tenho lá na associação é venda de suíno para o frigorífico a R\$ 1,50. Cada suíno sai da propriedade hoje com prejuízo de R\$ 0,50 a R\$ 0,60.

Alguns dados nos mostram o seguinte: esse mesmo produtor — tanto integrado quanto independente, qualquer que seja o produtor de suíno — não aguenta. Em 100 dias, ele vai comer toda a sua estrutura, toda a sua atividade. O que estamos falando é isto: estamos realmente num colapso da suinocultura. Se o Governo Estadual e o Governo Federal não entrarem imediatamente com algum tipo de socorro para esses mesmos produtores, a nível nacional, com certeza vamos sucumbir. Quiçá virão outros produtores, mas a suinocultura como um todo, tendenciosamente, ela vai sucumbir muito rapidamente!

Já se falou sobre o número de geração de emprego e de renda que trazemos para o Brasil. Eu gostaria de falar particularmente a respeito do que foi solicitado aqui: a questão das premiações de milho.

Hoje, no Mato Grosso, nós temos milho a R\$ 18,00 ou R\$ 20 reais. Não é tão longe dos outros Estados. Quando se colocam prêmios para alguns Estados, esses mesmos prêmios têm de ser dados para todos os Estados. O único diferencial que temos no Estado do Mato Grosso é o diferencial do milho. Nós pagamos mais tributação que outros Estados, em alguns momentos. Nós temos uma logística bastante longe dos centros consumidores.

Portanto, a solicitação do Mato Grosso — e, acredito, de vários Estados — é que se considere esta crise da suinocultura como uma crise geral. Os outros Estados também têm necessidades, pelo crescimento que têm dentro da suinocultura.

A suinocultura do Mato Grosso, mesmo em época de crises — e posso falar porque tenho esses dados levantados —, foi uma suinocultura que tendenciosamente sempre cresceu, e não só no Mato Grosso mas também em outros Estados do Centro-Oeste, em

função dos grãos. Há migração muito grande para esses Estados. Temos pessoas do Sul e de todo o Brasil trabalhando lá. Temos uma média de empregos bastante grande, e crescente. É um Estado crescente, um Estado que praticamente tem um volume de milho e de farelo de soja grande, que dá para todo mundo. Mas também não podemos ficar sem esse milho e sem esses prêmios que se dão para os outros Estados.

A minha solicitação — e a do Estado do Mato Grosso, acredito — é quanto à visão desta crise, que particularmente acho muito grave.

Principalmente nesse primeiro semestre, temos um volume praticamente estável de carne bovina no mercado e temos um volume de frango bastante alto, jogado no mercado. Na realidade, nós temos uma crise mercadológica e comercial que, independentemente de Rússia e Ucrânia, já estava instalada. Desde o começo do ano viemos com preços bem aquém dos custos de produção. A nossa visão é que o Estado tem de entrar muito fortemente para que a cadeia da suinocultura não quebre e não deixe de gerar emprego e renda para todo o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Sr. Custódio.

Na sequência, vamos passar a palavra ao Sr. Francisco Sérgio Turra, Presidente da União Brasileira de Avicultura.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO TURRA - Inicialmente, quero saudar meus colegas Deputados desta Comissão, tão importante e atuante. Quero saudar, pela presença, o Secretário Jardim, o Embaixador Paulo, os fiscais agropecuários e todos que nos acompanham.

Acho que devo inicialmente falar para todos sobre a importância do encontro de hoje. A suinocultura colocou os números, os dados, o impacto, a crise. A avicultura não é diferente. Nós nos preparamos, é importante dizer, o País se preparou para exportar também. Abastecemos este País da maneira mais cabal e tranquila, mas nós nos preparamos para exportar. A iniciativa privada investiu, as empresas investiram, o Ministério apoiou, o Governo apoiou. Talvez não tenha andado na mesma velocidade. Hoje, seria socialmente um desastre vermos a catástrofe da suinocultura e da avicultura. Imaginem que, por exemplo, só uma empresa nossa tem 120 mil empregos de chão de fábrica. Nós temos 550 mil empregos de fábrica. Quando se fala aqui de crise, olhamos para a montadora, mas não para quem gera emprego.

Há outra coisa que quero dizer também, quanto a famílias integradas — aliás, o Deputado Colatto e os Deputados daqui estão trabalhando o marco legal, que nós queremos ver chegar ao fim, sim, pois é muito importante. Famílias integradas são

inúmeras no Brasil: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. São 300 mil trabalhando para a integração. São 120 mil famílias integradas.

E a atividade do pequeno produtor, do pequeno proprietário, é avicultura, suinocultura, horticultura, fruticultura. E o que mais? Não há! Se houvesse problema para nós, seria uma complicação. Nós estamos em 150 mercados do mundo, é um pouco mais confortável, mas digo mais: hoje eu poderia estar falando do embargo da África do Sul, que entrou com *dumping* contra o Brasil; o Canadá complicou; lá atrás, a Ucrânia complicou, com *dumping* contra o Brasil. Vencemos. O dia inteiro temos alguma coisa por que lutar. Por isso, é importante que o Itamaraty e o Governo estejam ao nosso lado, acompanhem de perto.

Quanto ao embargo russo, tenho uma opinião muito especial. Primeiro, aconteceu de maneira inesperada para nós. A Rússia, por exemplo, na avicultura comprou 200% a mais no ano passado: surpresa nossa, ela nos surpreende sempre. Este ano vinha comprando 8% a mais, até maio. Aparentemente sem motivo, lança o embargo, dizendo: *“Daqui a 15 dias, eu não vou aceitar mais tua carne, porque tem problema técnico”*. Ora, se eu desconfio da carne brasileira, tranco na hora o porto, o mar; não deixo entrar. Mas quinze dias depois? Parecia que ela estava dando tolerância.

O Ministério foi pronto, a Secretaria de Defesa, o Ministro. Nós os contatamos. Responderam em documento lacônico. Veio depois complementar mais um. Responderam de novo. Nós confiamos inteiramente. O Secretário Jardim e o Ministro estão respondendo tecnicamente.

Estranho mais porque não foi a única missão que visitou o Brasil — e estou falando da avicultura. Veio a OIE, montando no Brasil um projeto piloto para o mundo. Veio aqui este ano para um projeto piloto para o mundo, projeto de departamentalização. Saiu feliz, vai aprová-lo este ano. Veio a União Europeia, que é rígida. Foi tranquilo, apontou algumas coisas. Vieram outros, todos apontaram. Portanto, acho que, atrás do embargo russo, há alguma outra questão política. Esta é uma posição muito pessoal.

Por isso, quero chegar a uma conclusão para os Deputados: o Governo tem que entrar de sola. Está indo a segunda missão técnica segunda. É muito, é bastante, mas não é tudo.

O Deputado Zonta estava comigo quando, em 2000, criaram-se os mesmos problemas. Foi uma missão do Congresso. Vários Deputados — o Deputado Micheletto sabe — foram lá. Levamos o Presidente Fernando Henrique ao Kremlin. Nós fomos lá, frente a frente, e ele voltou com a solução. Tem que haver uma solução de governo, de Estado, que tem de estar ao nosso lado. Precisa notar que atrás de nós tem emprego,

salário, distribuição de renda.

Quero mostrar a esta Comissão a diferença entre município avícola, município suinícola e outros municípios no meu Estado, no Paraná, em Santa Catarina. Tenho amostras. Às vezes, o PIB é três vezes maior, com a mesma população. Quanto ao emprego, sempre é três vezes maior. Tenho o estudo, posso mostrá-lo.

Portanto, atrás desse tema, que é muito candente, precisamos de apoio, sim, do Parlamento. Precisamos que os Deputados se reúnam em comissão para falar com o Itamaraty: *“Estejam ao lado!”* O dia inteiro estamos brigando para abrir o mercado. Está aqui o Ministro Stephanes, que foi um parceiro, colocou SDA também junto conosco para abrir, porque tem que forçar para abrir; não é uma coisa fácil. Abrir um mercado é um sofrimento do cão. Para abrir o mercado chinês para a avicultura foram sete anos de luta. Abrimos cinco num ano, 13 num ano, dura luta.

Então, temos de ter um apoio forte do Itamaraty, que já está profissionalizado. Temos lá o adido, que é uma coisa boa, mas entrar de sola, e o Governo, como um todo, olhar para nós. Se nós hoje decretássemos que a avicultura brasileira trabalhará para o mercado interno e o resto que se lixe, estaríamos jogando 4 milhões de toneladas de produto nobre, que já falta a quem tem fome, no lixo, e o desemprego, o preço vil que nós praticaríamos inviabilizaria a indústria que se estruturou, e vocês precisam ver de que forma.

Primeiro, Sr. Presidente, saúdo a iniciativa do Parlamento. Sei quanta força ele tem para sensibilizar o Governo. Estamos ao lado, por exemplo, para discutir essas questões da integração. Tem de ter um marco legal, porque numa cadeia quando um perde e um ganha demais, pelo amor de Deus, ela não dura. Não dura e desmorona.

O Parlamento poderia um dia fazer uma análise, por exemplo, fazer assim: bom, o produtor recebe 1 e 80. A indústria não ganha muito. Onde fica? Boa parte, se você chega no supermercado, e o preço, para mim, é sempre o mesmo.

Temos de ter coragem para fazer, temos de ter coragem para olhar. Temos que ir a fundo. Não imagino que alguém perca. Eu não sou de perder. Acho que a atividade, para perder, só no Talibã e em outros lugares do mundo. Eu acho que estamos aqui todo mundo para ganhar; a cadeia toda. Mate o produtor, morreu a indústria. Há o exemplo do algodão no Brasil. A ressurreição do algodão aconteceu no dia em que começaram a olhar para o produtor depois que a indústria têxtil quebrou também.

Então, por favor, temos uma responsabilidade enorme, e os números são impressionantes. A avicultura, o embargo russo, por exemplo, nos afeta, mais ainda na imagem, porque dizia assim: *“eu não confio na fiscalização do Brasil, nos laboratórios do*

Brasil'. Imaginem os outros! Então, esse é o maior estrago.

Nós exportamos para eles 4%, e não nos tiraram tudo, mas 1%, meio por cento hoje é problema para qualquer setor nosso; para o Camardelli, para o Pedro Camargo, que estamos juntos o dia inteiro falando. Qualquer estrago desequilibra. Podemos realocar para o Egito, para a Malásia, para quem for, não temos esse problema, mas que é duro, é duro para nós.

Num minuto, só direi o seguinte: o Parlamento, precisamos dele para nos ajudar desde a política do milho, da soja, os preços. O produtor tem que ganhar, mas o Governo tem que equilibrar, tem que nos ajudar agora, nessa hora, para entrar firme ao lado do grupo do Jardim, porque damos um voto de absoluta confiança ao Ministério também, mas o Governo tem de entrar de sola. E não é briga, diríamos, para cachorro pequeno; é para cachorro grande.

Então, temos de ir lá e nos apoiem, fiquem ao lado do Parlamento, porque, olhem, a Rússia é um mercado bem difícil, surpreendentemente difícil. Assim como calamos... Fomos cinco vezes num ano, nos discriminaram, nos calamos e, de repente, nos surpreenderam aumentando as compras em quase 200% num ano. Espero que eles voltem, comprem mais e que nós possamos continuar dando emprego, distribuindo renda para o País, nós todos, e ajudando aqueles que, com pequeno espaço, vivem, e muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Francisco Turra, que foi também Ministro da Agricultura.

Passo a palavra o Sr. Antônio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne.

O SR. ANTÔNIO JORGE CAMARDELLI - Bom dia a todos, meu colega Péricles, Presidente da ABRAFRIGO; Deputados, colegas de mesa, Jardim.

Na verdade, a crise em relação ao bovino tem um contorno diferenciado, quer seja pela necessidade de importação russa... A Rússia importa anualmente ao redor de 600 mil toneladas. Dessas 600 mil toneladas, cerca de 400 mil toneladas são derivadas dos países do Mercosul, de acordo com a sua competitividade e com a sua garantia e perenidade de oferta.

Eu endosso as palavras do Ministro Turra no sentido de que se a crise teve um contorno mais suave em relação à exportação de bovinos, mas ela carrega consigo a imagem denegrada de um serviço que não tem o mesmo parâmetro técnico.

Então, para facilitar o diagnóstico dos Deputados, bom dia Deputado Caiado, vou fazer uma retrospectiva, um histórico progresso para a gente chegar a uma conclusão no

final.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Rússia, em relação à carne bovina, é o maior importador de carne bovina brasileira. O que é importante? A magnitude do processo... Qualquer um que tenha falado anteriormente, independente do percentual, ela tem uma conotação de importância muito grande. Então, um mercado que compra, no caso, o bovino, 30 mil toneladas por mês, paga e não tem nenhum empecilho comercial, nós temos obrigação, seja Ministério, Governo e privados, de resolver essa área cinzenta.

Então, esse é um grande episódio. Há países que importam 2 mil toneladas por ano e criam uma confusão tão grande no aspecto de impostos, no aspecto de análise, como no caso da Finlândia, por exemplo. Então, esse dá dor de cabeça mas tem um significado muito grande. Estou falando de 40 carretas de carne de 25 toneladas por dia, mil toneladas por dia.

Pelo acompanhamento, eu dividiria o episódio do embargo russo em três vieses: um viés técnico, um político e um comercial. Na sequência dos fatos políticos temos o primeiro imbróglio, que foi a união aduaneira, onde a junção da Bielorrússia, do Kazaquistão e da Rússia trouxe um contorno diferenciado, obrigando os três países a ter a mesma legislação. Como os outros dois países, Kazaquistão e Bielorrússia, são inferiores no aspecto político, a Rússia passa a dominar e a ter uma influência maior sobre os outros dois países. Nós vamos ter que nos adaptar também à legislação dessa união aduaneira.

Nesse compasso, é importante citar que nós tivemos uma visita de inspeção em fevereiro e março. Essa visita de inspeção, na conotação comercial, não tinha um enfoque muito grande de uma visão sanitária, ela tinha mais o enfoque de tirar o Brasil da competitividade em relação a produtos industrializados e pratos prontos. Tanto é que, na sequência da missão, ato contínuo, em três, quatro dias, oficializou-se através do *site* russo a retirada de alguns estabelecimentos que eram competitivos nesse aspecto.

Posterior a isso, o Brasil prontamente esteve lá, fez a primeira resposta e teve praticamente alguns itens que passaram ao largo, como diz o gaúcho, que temos que contextualizar. Por exemplo, na reunião final de São Paulo, foi a primeira vez que o corpo técnico russo deixou de falar em frigorífico e em SIF para falar em Estado. Na reunião que o Dr. Jardim vai comentar depois, o Dr. *(ininteligível)* fez um comentário: “*olha, vocês vão ter que ajustar porque se não vão me acusar de tirar um Estado*”; segundo aviso de “um Estado”.

Quando eu falo isso, desses toques sutis, não estou dizendo que tem ineficiência

do lado porque, em se tratando de mercado russo, a coisa é muito conturbada mesmo.

Então, posterior a esse movimento, houve uma reunião em Genebra no dia 31 de maio, onde as autoridades russas negociadoras do acesso à OMC escutaram a proposta brasileira, que foi mantida. Os russos levantaram dessa reunião e dois, três dias depois, veio a notícia do embargo, alicerçada na visita técnica, cujos comentários colocavam o Brasil em questionamento técnico.

Vamos esclarecer o episódio. As normas russas são bastante diferenciadas das de todos os países para onde o Brasil exporta. No caso do bovino, nós atendemos até hoje a 186 países, muito mais do que os países filiados à OMC. Entretanto, a Rússia, como tem um padrão técnico um pouco mais simples quanto às normativas técnicas que eles exigem do Brasil, nós já estamos num ponto muito mais adiantado.

Vou dar um exemplo técnico de como isso conturba e pode servir de alicerce de raciocínio. No Brasil a gente usa, obrigatoriamente, três minutos de sangria para o bovino no abate; a Rússia exige seis. Então, o que coube à iniciativa privada e ao Ministério contestar? Não, nós usamos três minutos, mas nós atingimos o mesmo objetivo.

E essa comodidade que o russo tem por não ser filiado à OMC, nós assinamos um acordo comercial, nós temos que cumpri-lo. Então, sempre vai ficar uma área cinzenta até o acesso deles, que está previsto para 2012.

Esses foram os intervalos das decisões. Depois nós tivemos essa decisão abrupta e, na reunião que o Ministro convocou, nós todos decidimos, o setor de carnes, que isso era uma coisa para o andar superior. Particularmente, a área da carne acredita que não está na área técnica, está no andar superior. Então, é uma coisa acima. Foi elaborada uma carta do Vice-Presidente, que esteve junto com o Primeiro Ministro Putin na discussão do processo.

O outro viés comercial sobre o qual eu acho importante falar é que, historicamente, desde que se abriu o mercado — nos abrimos o mercado russo em 2002, se não me falha a memória —, exportamos 2.200 toneladas; depois, 35 mil ao ano e hoje nós estamos exportando, nos últimos 5 meses, uma média de 25 mil toneladas por mês.

Então, no nosso levantamento da área bovina, nós temos um estoque em São Petersburgo e Moscou de ao redor de 130 mil toneladas de carne bovina. E nós temos também um estoque em que o importador... Ele tem esse estoque aos preços mais caros até hoje. Por quê? Porque, com a uniformização do preço do boi, hoje a competitividade é igual. Então, a única maneira de se conseguir manter o mercado é elevando o preço para não ter prejuízo. Em média, o preço de estoque é de 4.500 dólares a tonelada. Verão na Rússia, proximidade de férias, consumo caindo em todo o mundo, ninguém vai querer

vender e desovar estoque a preço baixo. Então, isso pode ter também uma contaminação comercial, que é o importador, digamos assim, meio confortável para não pressionar muito para o embargo seguir levantado.

Exportação de carne bovina para a Rússia. Essa é a sequência, e vai ficar para vocês a cópia, desde 2008. Nós temos ali faturamento, tonelada e preço médio. Vocês podem notar que o preço médio, como eu comentei, fica acima de 4.500 dólares.

É importante dizer que, quando eu falo que o boi não tem uma conotação de prejuízo tão grande, apesar do embargo e do conceito ser muito duro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Sr. Camardelli, estou só preocupado com o tempo. Tens mais três minutos. Só para...

O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI - O.k. Eu vou encerrar.

Quando o embargo veio, nós tínhamos 69 frigoríficos habilitados. Após o embargo, nós ficamos com 46. Mas pela capilaridade dos frigoríficos, em que eu estou proibido de fazer Rússia, eu passo a fazer Venezuela, Egito e outros países, e com isso eu não tenho tanto problema quanto à manutenção do meu quantitativo. E a prova está aí: na primeira e segunda... Até o dia 19 deste mês, nós mandamos 16 mil toneladas, e o preço médio se mantém de 4.500. Ali estão os outros países. Na terceira semana nós continuamos mandando a mesma quantidade, chegando, em 24 dias, a 22.287 toneladas. Então, se olharmos para o parâmetro dos últimos 5 meses, eu continuo mandando a mesma quantidade, o que reforça a tendência da manutenção do problema comercial.

Em relação também ao problema da OMC, quando eu digo que o boi não tem problema é que, na verdade, no passado, aqueles outros países onde se encontravam Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, o nosso volume contemplado era 68 mil toneladas. Desde 2006, o quantitativo é 448 mil toneladas. Então, eu não tenho problema em relação a cotas nesse episódio de acesso à OMC. Isso também vai ficar para vocês.

Então, é importante dizer também que, numa entrevista, sábado — para que os senhores vejam a magnitude; e eu considero que o problema está no andar superior —, o Vice-Ministro Chvalov, negociador do acesso à OMC na Rússia, disse o seguinte: são três os pontos limitantes que estão impedindo o acesso da Rússia à OMC, a saber: primeiro, montagem de peças e montagem de automóveis; segundo, harmonização sanitária em relação à Rússia e à Europa e o terceiro ponto colocado é o sistema de cotas. Aí, ele cita que os parceiros americanos e europeus insistem na manutenção de origem das cotas.

Então, se são esses os três limitantes, na minha opinião, está sedimentado que o problema não está... Apesar de servir a área técnica de massa de manobra para o

empecilho, pela certeza que se tem, por todos os países para quem nós exportamos e pelo histórico negativo de mercadoria devolvidas, dá para se concluir que, de fato, o grande óbice é a necessidade de acesso da Rússia à OMC até a metade de 2012.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Camardelli.

Continuamos nossos painéis com a palavra do Sr. Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos.

Estamos concedendo um tempo de 10 minutos, mas se os senhores puderem colaborar conosco para sermos mais sintéticos, porque o tempo está correndo.

Sr. Péricles, por favor.

O SR. PÉRICLES SALAZAR - Bom dia a todos. Inicialmente, quero agradecer à Comissão de Agricultura o convite que nos foi formulado para estarmos aqui hoje.

Cumprimento o Deputado Bohn Gass e, em seu nome, todos os Parlamentares aqui presentes; os presidentes das entidades que aqui estão. Cumprimento a todos. Bom dia, senhoras e senhores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem eu quero dividir, neste rápido espaço que temos, alguns comentários sobre a suinocultura. Além do cargo de Presidente da ABRAFRIGO, ocupo também o cargo de Presidente do Sindicato da Indústria de Carnes do Paraná, que envolve a suinocultura. Então, quero fazer um comentário e dividi-lo, parte em relação à suinocultura e parte em relação à questão da Rússia.

No que se refere à suinocultura, eu acompanhei atentamente todas as observações que foram feitas pelos representantes do setor primário. Concordo em gênero, número e grau com as ponderações feitas, com o relato das dificuldades que vivem hoje os produtores de suínos do País.

Esse é um problema histórico. Nós temos uma dificuldade de mercado, não apenas na parte de suínos, mas também na parte de aves, de bovinos, de milho: sempre há superoferta em função da demanda. Quer dizer, é uma questão de oferta e demanda agregada no mercado, que sempre acontece.

Temos observado, historicamente, que nem sempre os produtores conseguem ter lucros extraordinários. Aqui vale dizer produtor de bovino, produtor de suíno, produtor de aves, produtor de milho. Nem sempre o lucro extraordinário, o alto lucro se sustenta a longo prazo. Isso não acontece. Por quê? Porque é um mercado absolutamente transparente, de fácil ingresso, e o lucro extraordinário desaparece no curto prazo, rapidamente, pelo aumento de oferta.

Também não suportam, os produtores de todos esses produtos, prejuízos de longo prazo. Os prejuízos são conjunturais; estão acontecendo mas não se mantêm no longo prazo porque muitos desistem da atividade, a oferta diminui e, conseqüentemente, restabelece-se o equilíbrio entre oferta e demanda. Infelizmente, é assim que funciona.

É claro que mecanismos podem ser implementados, mecanismos de políticas dentro do segmento, políticas públicas. Isso pode ser implementado, sim, é normal de aconteça. Mas, via de regra, não há soluções mágicas que resolvam, eliminem o atual prejuízo que sofrem os produtores, nós concordamos, e que, infelizmente, atrapalha a vida deles.

No Paraná, estamos estudando, junto com a Associação Paranaense de Suinocultores, APS, e isso já foi feito no Estado de Santa Catarina, a definição de um custo-padrão. Neste momento, estamos estudando com os produtores um custo-padrão que vai servir de referência para o mercado. Já fizemos algumas reuniões; na semana que vem teremos uma nova reunião. Em Santa Catarina isso já foi feito e espero que no Paraná nós possamos, então, definir esse custo que sirva de padrão.

Não que esse custo vá definir o preço de mercado, porque o preço do mercado ninguém sabe. É um mercado absolutamente atomizado: muitos agentes do lado da oferta, muitos agentes do lado da procura, e não há como definir. Ninguém consegue, individualmente — nem o produtor, nem uma empresa — definir o preço que o mercado vai estabelecer. O que pode ser feito são políticas públicas que visem minimizar, no longo prazo, esses problemas. Ai, é buscar o equilíbrio dessas relações.

Normalmente, quando se ganha muito dinheiro, o produtor tende a aumentar a sua produção. Se o aumento de produção excede a demanda, os preços caem. Esse é um círculo vicioso que existe na economia, e que, infelizmente, não temos como... Eu espero que, com a definição desse custo-padrão, nós possamos pelo menos minimizar o problema dos suinocultores.

Ouvi atentamente o que disse o ex-Ministro Francisco Turra a respeito dos ganhos da cadeia produtiva. Concordo absolutamente com o Turra no sentido de que precisamos estudar melhor os ganhos na cadeia produtiva. Nós, da ABRAFRIGO, temos sempre — isso não é de hoje — criticado a desigualdade dos ganhos, principalmente no varejo. Observem os senhores as margens, os *mark ups* imputados aos preços dos produtos de suínos, de bovinos e de aves nas gôndolas do supermercados e comparem com os preços que eles compram.

Eu acho até, Presidente Bohn Gass, que, na próxima oportunidade, os representantes do grande varejo deveriam ser convocados a virem aqui para que nos

expliquem essas margens, que inviabilizam todo o conjunto da cadeia para trás.

Outro comentário que quero fazer com relação à suinocultura, e aí o Pedro de Camargo que me corrija: o consumo médio *per capita* no País de carne suína oscila entre 13 e 14 quilos, dos quais de 11 a 12 quilos se referem a embutidos, produtos industrializados. Ou seja, apenas 2, 3 quilos são consumidos pela população *in natura*. É preciso aumentar o consumo de produto *in natura*!

Agora, é também uma questão cultural no País, em relação às 3 proteínas animais, haver menor consumo de carne suína. É preciso fazer um investimento em *marketing*, em *merchandising* na imprensa; procurar definir outros mecanismos para aumentar o consumo e, principalmente, as exportações.

Vejo que, com relação à suinocultura, nós poderemos, sim, através de um diagnóstico um pouco mais aprofundado, melhorar um pouco, atenuar a crise que vivem os produtores, mas, sinceramente, pelos anos que estou nesse setor, não acredito que isso se deva dar fora das leis de oferta e procura, isto é, as leis de mercado. Não há como.

A indústria não quer matar a galinha dos ovos de ouro. O setor frigorífico precisa do produtor, como precisa do produtor de bovinos, do produtor de aves. Complementam-se, um depende do outro. Então, nós, do setor, os produtores, junto com a indústria, temos de formular uma política interna, ajudados, subsidiados, evidentemente, por algumas outras políticas públicas que possam desobstruir os gargalos existentes estruturais. Essa é a minha opinião sobre a suinocultura.

Com relação à parte de bovinos, nós temos um departamento de exportação na ABRAFRIGO. Eu estive duas vezes em Moscou, tenho participado de todas as discussões. Na última vez que estive em Moscou, na reunião a que o Presidente Camardelli se referiu, um representante, se não me falha a memória, da Itália, fez a seguinte pergunta para o Mr. Dankvert: “*Sr. Dankvert, se a Rússia entrar na OMC, a Rússia vai respeitar o mercado, as regras da OMC?*” Essa foi a pergunta.

(Não identificado) - Do Canadá.

O SR. PÉRICLES SALAZAR - O representante do Canadá fez essa pergunta: “*A Rússia, Sr. Dankvert, vai respeitar as normas da OMC, uma vez dentro dela?*” Essa pergunta já dá para todos nós uma ideia do “complicômetro” que é o problema russo.

Nós, da ABRAFRIGO, temos um termo escrito de cooperação com a Associação Nacional de Carnes da Rússia, e não tem sido fácil também desenvolver esse termo de cooperação com eles. Eles são o grande mercado. Como disse o Presidente Camardelli, eles compram bastante e pagam.

Observem os senhores que a Rússia comprou, de janeiro a dezembro de 2010, 295 mil toneladas de carne bovina, e abaixo seguem os demais países que compram carne bovina.

Estas são as estatísticas que temos de janeiro a maio.

Na parte de suinocultura, quanto representa a Rússia? A Rússia é o maior destino da carne suína brasileira. De janeiro a dezembro de 2010, quase 234 mil toneladas. Na parte de aves já não é tão significativo, conforme disse aqui o Presidente Turra.

Nós tivemos uma reunião recente, convocada pelo Ministério da Agricultura, e a questão foi muito bem discutida. Nós sabemos que o problema com a Rússia é político. Portanto, politicamente tem de ser resolvido.

Eu quero discordar um pouco dos comentários, se não me engano do Valdecir, sobre o Ministério da Agricultura. Não é bem assim, no meu modo de ver. Durante todo o tempo que temos nos relacionado com o Ministério da Agricultura, ele tem suas deficiências, evidentemente, e todos nós temos as nossas deficiências, mas o Ministério tem-se esforçado há muitos anos. Vejo aqui o ex-Ministro Stephanes, que muito se esforçou para que pudéssemos garantir a nossa participação nos mercados. Recentemente, estivemos na China, num processo de trabalho junto com a SRI — Secretaria de Relações Internacionais — do Ministério da Agricultura, um trabalho magnífico do Ministério. Agora, evidentemente, temos de reconhecer que falta um pouco mais de verba, quem sabe, para o Ministério tocar os seus programas.

Aqui, então, cabe aos Parlamentares lutar por uma maior destinação de recursos financeiros a fim de que o Ministério da Agricultura possa exercer o seu trabalho.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Sr. Péricles.

Eu passo a palavra ao Sr. Antonio Mazurek, 1º Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, representando a CNA.

Aproveito para anunciar a presença também de Idair Piccinin, pesquisador da EMBRAPA Suínos e Aves de Concórdia, Santa Catarina. Obrigado pela presença.

Sr. Antonio, com a palavra.

O SR. ANTONIO MAZUREK - Sr. Presidente, Deputado Bohn Gass, Srs. Parlamentares e lideranças representantes dos mais diversos organismos, associações e categorias do setor produtivo nacional, a Senadora Kátia Abreu não pôde aqui estar em razão das atividades no Senado Federal, onde as Comissões Técnicas também estão funcionando concomitantemente no dia de hoje.

Em nome da Direção da CNA, trago a solidariedade da Confederação a todos os

produtores na área da suinocultura nacional. É um momento de crise, um momento grave, como já foi dito aqui, e o diagnóstico está estabelecido. Eu também sou produtor de grãos, planto um pouco de café e atuo na área da fruticultura.

O problema no setor primário é sempre o mesmo: as regras do mercado para o produtor rural, de um modo geral, são diferentes. Quando ele compra os seus insumos, quando busca atender às suas demandas, às suas necessidades, quem vende é quem faz o preço, mas, quando chega a sua vez, quem compra é quem faz o preço, e não ele, vendedor.

A questão do milho, no ano passado, de um modo geral, se o produtor rural não teve prejuízo, não teve lucro. Este ano, está um pouco melhor. O preço do milho explode na questão do custo de quem cuida de animais.

O nosso País é curioso: está em execução um processo da reforma agrária por meio do qual se procura levar para assentamentos trabalhadores — e nem sempre são trabalhadores — que teriam sido excluídos, a fim de que produzam, mas não se cuida, muitas vezes, daqueles que já estão no campo, como é o caso dos suinocultores.

As associações de suinocultores, por intermédio dos seus presidentes e representantes, disseram aqui que muitos estão quebrando. E é papel do Governo socorrer uma categoria tão importante, que trabalha diuturnamente e que se dedica ao que faz. Em geral, o trabalho é feito pela família toda, que sofre, que passa por angústias. É nessa hora que o Governo — a Constituição estabelece isso — precisa se fazer presente.

Ouvi aqui a proposta da Associação Brasileira de Suinocultores relativa a preço mínimo. Será que não seria a hora de se estudar isso, aproveitando a crise?

Eu quero louvar a iniciativa aqui dos Parlamentares, porque esta Comissão, como uma parte desta Casa, a Câmara dos Deputados, que é a representação da sociedade, da população, é o estuário não apenas das aspirações, mas também das aflições num momento de crise como este.

Então, essa iniciativa foi louvável — está aqui a mídia —, e a sociedade nacional e, sobretudo, o Governo precisam ficar atentos a isso.

Como funciona o preço mínimo em países mais adiantados? O Governo garante mesmo o preço mínimo! Se o mercado não pagar, o Tesouro comparece e paga a diferença.

Eu acho — e da mesma forma entende a CNA — que setores delicados, como é esse da suinocultura, que é muito frágil, precisam realmente de uma política do preço mínimo. O Governo, nessa hora, tem de comparecer.

Enfim, não quero me alongar. O diagnóstico está feito, apresentamos nossa solidariedade e endossamos as reivindicações aqui apresentadas.

O nosso Departamento de Economia conhece esses dados. E, no que couber à CNA, como órgão máximo de representação da comunidade agropecuária do País, estamos à disposição. Entendemos, como foi muito bem dito pelo Presidente da Associação Brasileira dos Frigoríficos, que essa é uma questão de Governo.

Há necessidade de enfrentamento, mas a questão da Rússia é uma questão de Governo. O Ministério da Agricultura, diga-se de passagem, tem se esforçado em todas as horas nesse sentido, reconhecemos isso. E há a necessidade, como disse o ex-Ministro Turra, de o Governo enfrentar. E, enfrentando, vai vencer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Agradecemos ao Sr. Antonio Mazurek e passamos a palavra ao Dr. Thomé Luiz Freire Guth, engenheiro agrônomo da Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários da CONAB, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. THOMÉ LUIZ FREIRE GUTH - Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Deputado Onyx Lorenzoni, demais Parlamentares e Presidentes de associações.

Estou aqui na condição de representante da CONAB, uma vez que as demais autoridades da CONAB estão presentes em diversas discussões envolvendo a questão da agricultura.

O Diretor de Política Agrícola, o Sr. Silvio Porto, que viria, neste momento está no Senado em uma outra audiência. E outros representantes estão discutindo, juntamente com o Ministério da Fazenda, a situação da cadeia do arroz, que igualmente passa por momento de crise.

Venho cumprimentar também, até pelo meu tempo de experiência — tenho 14 anos de formado e trabalhei no setor público e na iniciativa privada —, os demais produtores, tanto os de grãos quanto os produtores de carne. Eles são realmente lutadores neste nosso País e são os primeiros a enfrentar essas dificuldades com relação à oferta e à demanda.

Até o ano passado, estávamos enfrentando um problema seriíssimo com relação ao milho. Os produtores representantes de Mato Grosso sabem muito bem qual foi a dificuldade enfrentada, quando se vendia o milho a 6 ou 7 reais, o que não pagava nem o custeio da lavoura. E o Governo entrou naquele momento, com a CONAB assumindo o papel que tem de assumir nas operações de PEP, porque entendeu necessário entrar nesse nível de discussão, operando com relação ao PEP para a questão do milho.

Hoje, em razão de um cenário de mercado internacional, que veio desde a quebra

do trigo da Rússia e, conseqüentemente, dessa situação norte-americana, estamos enfrentando preço de milho — produto com que trabalho como analista de mercado na CONAB — bem acima dos níveis históricos.

Evidentemente, essa elevação do preço do milho vem afetar o setor comprador, o maior demandante de milho no Brasil, o setor de aves e suínos, que tem sofrido a elevação de seus custos de produção. Essas duas cadeias andam muito juntas. Não há como separarmos uma da outra, porque são muito interligadas.

Mas, hoje, há um fator diferenciado no mercado de milho, que também está afetando a questão da suinocultura e da avicultura no Brasil, em termos de custo de milho: a exportação de milho. A partir do momento em que temos um preço de porto que está em torno de 30 reais, se decomposmos isso, vamos chegar no preço interno também extremamente alto, porque temos de manter o milho no Brasil.

Conversando com os exportadores, chamou-me a atenção um comentário no sentido de que já haviam sido feitos contratos para julho, agosto e setembro de 3 milhões de toneladas de milho ou até mais. A preocupação do próprio exportador foi expressa da seguinte forma: *“Olha, nós estamos com uma situação ímpar agora, em que o mercado interno não está entrando comprando”*. Mas é lógico que dificilmente entrará nesses preços elevados. Então, fica aquele jogo de oferta e demanda, jogo de preço, em que o produtor de milho, que, até pouco tempo atrás, estava no déficit, agora está se esforçando, mantendo os seus preços altos também para ganhar o seu lucro e manter uma rentabilidade alta.

O difícil para nós agora é tentar achar esse ponto de equilíbrio, para que não fique nem tão danoso para o produtor de milho, nem tão danoso para o produtor de aves e suínos.

Uma observação que me chamou a atenção e que foi repetida aqui por todos os senhores é a de que realmente a crise na suinocultura não vem de hoje. O embargo da Rússia é uma situação que está acontecendo neste momento e que só aflorou essa questão da crise.

O colega que trabalha com gestão de carnes e suínos na CONAB fez uma explanação e mostrou que, ao longo de 10 anos, de 7 a 8 anos foram de prejuízos, não pagando nem o custo de produção. Ou seja, se acumularmos 8 anos de prejuízo, essa crise evidentemente iria aparecer de forma drástica como ocorre agora.

Com os preços do milho muito altos, em termos de política agrícola, temos como instrumento o AGF, que pode ser comprado para gerar estoque e entrar com a venda desse estoque público. Mas não se consegue comprá-lo. Por quê? Porque se vai oferecer

o preço mínimo, e o produtor, com o preço maior, não vai vender para o Governo.

Há a opção de se entrar com o contrato de opção mais antecipadamente. A proposta que está sendo discutida na CONAB é a de fazer, já para o próximo ano, o contrato de opção, a fim de garantir que o produtor de milho tenha incentivo para a sua produção, entregue ao Governo, e haja o estoque público.

Seria importante termos com os senhores do setor de aves e suínos mais de uma reunião anual conjunta de milho, sorgo, aves e suínos na câmara setorial — no mínimo, duas ou três — para discutir justamente a gestão da cadeia como um todo e uma proposta em que pudéssemos trabalhar algo que desse um ponto de equilíbrio, para que tanto o produtor de milho quanto o produtor de suínos e aves terem lucratividade.

Acho que o maior problema que enfrentamos hoje é o custo logístico. O Brasil está com problema seriíssimo de logística. Temos rodovias que não estão em boas condições, e o custo desse transporte rodoviário é altíssimo. Quando se tira o milho do Mato Grosso para levar para a Região Sudeste, gasta-se entre 11 e 12 reais por saco de milho. Em termos de ferrovia, o custo está parelho com o rodoviário, o que chega a ser uma incoerência.

E temos outros problemas logísticos como a questão de armazenagem no Brasil. Realmente, temos uma armazenagem que está precisando se remodelar e até se reestruturar. É preciso que o produtor tenha acesso a crédito para a construção de uma armazém próprio que o possibilite ter a sua forma de negociação.

Temos também o problema dos portos. Hoje, não exportamos só milho, exportamos milho, carne, açúcar, minério. E são pouquíssimos os portos que têm estrutura para exportar tudo isso.

Sobre essa questão da Rússia que estamos discutindo, eu já imaginava que pudesse acontecer algo do gênero. Por quê? Há 2 anos, estive nos Estados Unidos, e lá foi debatido e dito claramente: *“Os Estados Unidos vão entrar. A intenção do Presidente Obama é dobrar, em 5 anos, as exportações de carne e de grãos, principalmente soja e suínos”*. Isso foi dito lá abertamente para quem quisesse ouvir.

Americano não entra para brincar. Temos de entender que ninguém é bobo nesse mercado. E eles têm um custo de logística muito melhor do que o nosso, conseguem colocar mais barato no mercado externo e conseguem trabalhar a questão de câmbio em cima disso. Evidentemente, a única ferramenta que se usa para esse processo é a questão sanitária. E, aí, vêm batendo no Ministério da Agricultura.

Os senhores colocaram suas opiniões aqui, mas temos de valorizar o Ministério da Agricultura, que está fazendo a sua parte, entrando em contato conosco, na CONAB, para

poder operacionalizar todos os instrumentos.

Foi falado aqui em se fazer VEP para o Rio Grande do Sul. Já foi feita, inclusive por mim, uma nota técnica solicitando que seja feito um novo VEP. Mas essa é uma discussão que não envolve somente o Ministério da Agricultura, mas também o Ministério da Fazenda, cujos parâmetros técnicos são definidos dentro dessas duas esferas. Pelo parâmetro definido nos últimos VEPs, feitos no início do ano, pela fórmula que foi desenvolvida, não conseguíamos chegar a um prêmio que pudesse ser atrativo para o produtor de aves e suínos.

É hora de tentarmos discutir novamente. Essa nota técnica já foi enviada inclusive ao Ministério da Agricultura para a discussão disso. E temos de discutir no Ministério da Fazenda, para trazer esse VEP, incluindo os produtores da Região Sul, bem como da Região Nordeste, que também estão precisando bastante do milho.

Hoje, nosso posicionamento de estoques está em torno de 2,1 milhões, estocados, em sua grande maioria, no Mato Grosso e no Paraná. No Paraná, são quase 170 mil toneladas, e parte desse volume está sendo removida para Santa Catarina, para venda em balcão, para atender os pequenos suinocultores e agricultores da região. E há um pleito também do Rio Grande do Sul para que façamos esse atendimento de venda em balcão.

Fora isso, há também um estudo em relação aos instrumentos de política agrícola e, inclusive, à utilização de novos instrumentos de política agrícola. Precisamos adequar alguns instrumentos — essa é uma opinião técnica minha.

O que eu tinha a falar a respeito de posicionamento de Governo e do mercado era basicamente isso. Os senhores já falaram boa parte de como é a crise que estão enfrentando.

Então, mais uma vez, quero agradecer ao Deputado Bohn Gass e aos demais Parlamentares o convite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Sr. Thomé.

Na sequência, passamos a palavra ao Ministro Paulo Estivallet de Mesquita, Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA - Obrigado, Deputado.

Acho que posso ser breve, porque o tema que vou cobrir acaba sendo apenas uma parte do panorama que está sendo traçado aqui sobre a agricultura.

Especificamente em relação à questão do embargo, o Itamaraty tem atuado em estreita coordenação com o Ministério da Agricultura. Desde que foi decretado, nós temos

feito ver às autoridades russas, primeiramente, o impacto econômico, social e político, como se verifica aqui, que isso tem para o Brasil e que nós não podemos aceitar um tratamento meramente burocrático da questão.

Por outro lado, isso tem um complemento necessário, que é a realização de discussões, no plano técnico, entre as autoridades do nosso Ministério da Agricultura e as autoridades russas. As notícias são de que isso deve acontecer rapidamente. Agora, tem de se saber também que isso tem uma dimensão de longo prazo. Ou seja, não foi o primeiro e não será o último problema sanitário que nós enfrentaremos, não apenas com a Rússia, mas também com outros países. Até pela própria natureza, as questões sanitárias se prestam a esse tipo de atuação, em que, por vezes, não se sabe muito bem qual é a motivação. A própria parte que deflagra a questão nem sempre é muito clara sobre o contexto que envolve o problema.

A maneira que existe para agir em relação a isso é, em primeiro lugar, assegurar-se de que serão eliminados todos os pretextos invocados pela outra parte, e isso é o que está sendo feito pelo Ministério da Agricultura. Da nossa parte, temos de destacar a atenção, no mais alto nível, que o Governo brasileiro dá a isso.

Trato aqui também da abertura de outros mercados. Foi mencionado o que foi feito no setor de aves. O setor de aves realmente sabe quantos anos eles levaram para abrir esses 150, ou mais, mercados. O setor suíno pode se aproveitar dessa experiência, mas a verdade é esta: a experiência leva tempo, tanto da parte técnica, como da parte do setor privado e do próprio Governo.

Mas esse tema é absolutamente prioritário. Como também foi lembrado aqui, quando a Presidente esteve na China, esse assunto estava no topo da pauta, e S.Exa. conseguiu a abertura do mercado suíno para a China. Quando o Presidente Obama veio dos Estados Unidos, a abertura do mercado suíno para a China.

Quando o Presidente Obama veio dos Estados Unidos, a questão da abertura do mercado americano foi mencionada pela Presidente. No caso específico do embargo, o Vice-Presidente escreveu uma carta ao Primeiro Ministro da Rússia. Então, isso continua absolutamente no topo das nossas prioridades, e continuará, não apenas agora, em relação ao embargo, que nós esperamos que seja resolvido imediatamente, mas também nesse esforço, que é de médio a longo prazo, de abrir muito mais mercados para a suinocultura e para as outras carnes produzidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Dr. Mesquita.

Nós passamos a palavra ao último dos nossos debatedores aqui, que é o nosso Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Francisco Sérgio Ferreira

Jardim, por favor.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Obrigado, Deputado Bohn Gass, na pessoa de quem eu saúdo os Deputados da Comissão. Eu queria primeiramente agradecer o empenho que a Comissão teve, com a Secretaria de Defesa, na manutenção e no aumento de recursos para este ano, e no não contingenciamento dos nossos recursos. Eu queria fazer um agradecimento de público aos senhores.

Eu queria nivelar informações com os senhores em relação a esse embargo dos russos. Primeiro, eu queria fazer uma cronologia do processo, para que possamos entender: houve uma missão russa no Brasil, vistoriando 29 indústrias, do dia 3 ao dia 15 de abril. É uma visita de rotina. Eles fazem periodicamente essa visita. Dessas indústrias visitadas, 21 indústrias não exportavam para a Rússia, e foram incluídas, algumas a pedido deles, e outras nós incluímos na lista; e 8 exportavam.

Durante essa visita, algumas não conformidades foram encontradas por esses auditores. Então, foram detectadas não conformidades durante o processo de produção. Existe uma discussão grande, que aqui Camardelli comentou de forma clara, em relação à norma russa, porque, na verdade, com a união aduaneira, as normas foram alteradas. Então, com a união aduaneira, apesar de ela valer, de passar a valer a partir de 1º de janeiro do próximo ano, eles já queriam ver como é que estava a situação dessas normas.

O Brasil cumpre as regras, é bom dizer. Cumpre as normas. O que existe na verdade, e Camardelli apontou de forma clara aqui, é a questão da discussão da equivalência, em relação àquilo que eles propõem e como nós fazemos. Nós fazemos a mesma coisa de outra forma.

Então, terminadas as auditorias, houve uma reunião no dia 15, em São Paulo, onde se fechou a reunião. Em todas as missões isso funciona desse jeito. Lá foram discutidos alguns pontos. Aquelas não conformidades foram debatidas, e o Ministério, os técnicos do Ministério mostraram o que tinha sido feito e o que estaria sendo feito. E eles foram embora.

Entendemos naquele momento que as respostas foram satisfatórias. Chegando a terça-feira seguinte à visita — eles saíram numa sexta-feira, dia 15 —, na terça-feira foi colocado no *site* da equivalente Secretaria de Defesa russa que havia uma série de não conformidades, e de forma genérica. Imediatamente nós pedimos às autoridades russas que nos mandassem os relatórios para que nós pudéssemos atuar, e procedemos a uma auditoria em cada uma dessas empresas, para verificar de fato o que é que estava havendo.

Feito isso, nós pedimos também uma reunião com as autoridades russas, o que

aconteceu no dia... Bem, nesse ínterim, nós recebemos um documento com 12 itens que estariam sendo apontados, via nossa Embaixada; imediatamente respondemos esses 12 itens e marcamos uma reunião, que aconteceu no dia 18 de maio. Para essa reunião de 18 de maio nós levamos todas essas auditorias que foram feitas e todos os resultados nós que tínhamos. Houve uma discussão intensa, como sempre ocorre nessas reuniões técnicas. Foi uma reunião bem técnica, uma discussão bem técnica, algumas observações foram feitas, e acordamos que haveria uma nova reunião técnica. E nós solicitamos mais uma vez que encaminhassem os relatórios daquela vistoria, que nós não tínhamos recebido até aquele momento.

Fomos surpreendidos depois com a suspensão de três Estados: Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Imediatamente solicitamos o relatório para que pudéssemos responder ao processo. Chegaram os relatórios, fizemos a resposta. Os relatórios foram pontuais, muito extensos; são 40 páginas. Foram respondidos os relatórios e encaminhados. Logicamente, existe algum problema aí de questão de tradução. Essas respostas foram feitas todas de forma rápida. Inclusive houve um feriado na Rússia, numa segunda-feira; em função disso, nós conseguimos os tradutores. Temos de agradecer ao setor privado, que nos apoiou nesse processo de tradução, e saíram os documentos já traduzidos daqui.

Então, hoje, a situação hoje é a seguinte: foi confirmada ontem a nossa reunião na segunda-feira, dia 4, com as autoridades russas. Não temos ainda o horário, mas teremos uma reunião no dia 4 para tratar de assuntos técnicos.

Dentro dessas discussões, é bom que se ressalte a preocupação imediata do Ministro, que convocou todo o setor produtivo. Houve uma discussão grande, inclusive com a presença do Ministro da Indústria e Comércio. Tivemos uma discussão intensa com o Itamaraty, para tentar inclusive tirar a discussão de outro foco, que seria o foco político, porque existe um problema de fato, nós detectamos um problema de ordem técnica, eles detectaram o problema, a discussão é técnica, e nós queremos discutir tecnicamente. Então, as ações são técnicas, e nós queremos e eu acredito que na segunda-feira nós venhamos a discutir.

Logicamente essas respostas, essas discussões são demoradas. A discussão nossa é sobre princípios, sobre uma base científica. A questão nossa é discutir ciência em relação àqueles atos e mostrar para as autoridades russas a questão da equivalência entre os sistemas. Essa é a discussão nossa.

Então, é importante isto e é bom que se ressalte: nessa resposta que fizemos, na última resposta, nós avaliamos todas as empresas que exportam para a Rússia. Dessas

empresas... Na verdade, no dia 15 de junho nós tínhamos 219 empresas credenciadas. Dessas empresas, nós avaliamos algumas que tinham problemas recorrentes. Então, nós estamos suspendendo, suspendemos mesmo, e fizemos uma relação positiva para eles dessas empresas, que nós encaminhamos; na verdade, são 125 estabelecimentos daquele total. Deixamos suspensos para exportação 90 estabelecimentos. Então, esse documento foi para lá com isso.

Paralelamente a isso, o Ministro Wagner Rossi fez uma reunião. Além de fazer essa reunião com o setor produtivo, fez uma reunião grande, interna, e discutimos alguns pontos, quais seriam os grandes problemas que nós teríamos de resolver. Nós temos alguns problemas que vinham há tempo sendo tratados, e logicamente num caminho de solução, e demandariam grandes investimentos, inclusive a questão laboratorial. Dentro das exigências russas, dentro do SanPiN, dentro daquela lista de substâncias que eles querem, só para os senhores entenderem como é que isso funciona, na questão de controle de resíduos, eles têm 58 elementos que são pesquisados. Nós fazíamos, nos nossos laboratórios, 25 pesquisas. Nós estamos fazendo, passamos a fazer agora 29. Desses aí, sobre 10 existem trabalhos científicos mostrando que não há necessidade, e em outros o nosso laboratório está fazendo investimento grande. Inclusive o Governo está investindo agora R\$ 50 milhões. Foi um pedido, e isto está sendo discutido dentro do Governo: R\$ 50 milhões para o laboratório, para acelerar o processo de atendimento a toda a questão de resíduo, independentemente de Rússia e outros países, como o próprio Estados Unidos, em que nós temos um volume grande de controle.

O Brasil precisa. A grande discussão hoje é de que nós não somos mais um pequeno vendedor de carne. O Brasil é um *player* no mercado. O de que nós precisamos, na verdade, é acelerar o processo de modernização do sistema. Então, estamos discutindo a questão da SDA forte, que começou com um projeto grande com o Ministro Stephanes, a questão da PGA, que é uma plataforma de governança, estamos discutindo algum modelo, usando instrumentos aí, a ISO 30.000, que fala de governança, risco e conformidade. Nós temos de trabalhar em cima de princípios de base científica, trabalhar com ciência, e responder não só aos interesses dos países importadores como ao próprio mercado nosso.

Então, a questão laboratorial é uma questão estratégica. Nós estamos investindo muito fora do nosso laboratório. Não é para um laboratório só fazer as análises, porque na verdade o que nós queremos é ampliar a rede laboratorial que dá suporte ao setor produtivo, utilizando o setor privado para isso, porque a base o Governo vai fazer, o monitoramento do processo; então, a agilidade, a rapidez que temos de ter depende da

estrutura laboratorial e de que nós venhamos a validar aquele processo. A estrutura do Governo, o laboratório do Governo é para validar o processo e acompanhar e fazer a análise fiscal; a estrutura particular é que vai cumprir a necessidade do setor produtivo. Então, na verdade, nós estamos estimulando essa questão do laboratório.

Essas pesquisas que o laboratório não faz nós estamos contratando, porque existem *kits* hoje no mercado para atender imediatamente a isso. Vai haver uma demanda de R\$ 8 milhões; então, nós estamos investindo nisso para atender a essa demanda russa, mas logicamente nós queremos que a estrutura do laboratório particular seja fortalecida.

Portanto, sobre tudo aquilo que foi apontado pelas autoridades russas, volto a dizer aos senhores, existe uma discussão técnica, e existem detalhes técnicos que foram detectados. O que nós temos de discutir tecnicamente e comprovar é que de fato o Brasil cumpre as normas, tanto que o Brasil atende a todos os mercados. Nós, como o Ministro Turra comentou aqui, recebemos uma visita da comunidade europeia, tivemos uma reunião com a OIE, e é importantíssimo ressaltar essa questão da participação do Brasil na OIE. Existe uma determinação do nosso Ministro de participar efetivamente dos processos de decisão, porque é lá que estão ocorrendo os fatos. Temos participação na Organização de Epizootias, que é a Organização Mundial de Saúde Animal; nós inclusive estamos trabalhando para fazer um diretor. Nós já temos um colega trabalhando lá, mas ele ficava meio periférico, e nós estamos colocando na Comissão Científica um outro colega. Estamos desenvolvendo lá um trabalho, o que nós estamos fazendo juntos, um trabalho que foi feito de forma muito bem articulada pelo nosso Ministro, para colocar um diretor dentro da OIE.

Queremos participar efetivamente do sistema de Codex; o Brasil é signatário da OMC, o Brasil participa, atende às demandas desses países. Se hoje nós temos essa dificuldade — e com alguns países nós vamos ter essa dificuldade — é porque alguns países não seguem essa linha do Codex. Essa é a dificuldade que nós teremos. Mas nós, com o tempo, seguindo a linha do Codex, o Brasil seguindo a regra do Codex Alimentarius, estaremos seguindo aquele tripé básico em que nós temos de nos centrar, em que a OMC se centra, em que se centra a OIE, que é a Organização Internacional de Epizootias, que cuida da doença dos animais vivos. Nós temos o CIPV, que cuida da doença dos vegetais, e o Codex Alimentarius; um cuida de animal vivo, o outro de planta viva, e o outro de plantas e animais industrializados. Esse tripé é que sustenta a base da OMC, e o Brasil tem de participar efetivamente disso aí.

Estamos acelerando a questão das discussões bilaterais usando um mecanismos

que existe dentro da OMC, que é o mecanismo da SPS; a sede é em Genebra, e nós inclusive temos, o Brasil tem um adido agrícola lá em Genebra que está cuidando disso, para que nós possamos, na verdade, discutir em cima de bases científicas. Logicamente, nesse sistema, nós vamos sempre ter, dentro de um processo produtivo do dia a dia, de uma rotina de produção, a ocorrência de não conformidades. O que nós temos de avaliar é se aquilo ali de fato vai comprometer o produto que nós estamos exportando.

Com certeza essas não conformidades que foram detectadas no caso da missão russa não comprometem a nossa produção. Logicamente alguns problemas têm ocorrido, e algumas empresas que nós retiramos, que na verdade nós suspendemos provisoriamente da questão da exportação da Rússia, dentro da nossa proposta, eram recorrentes no processo. Então, a responsabilidade é muito importante. E aqui eu tenho de cumprimentar Pedro de Camargo, Camardelli, o Ministro Turra, essas lideranças do setor, pela importância da participação efetiva do setor produtivo nessas decisões. As ações de defesa são compartilhadas. O sistema de defesa, a defesa sanitária é comportamento. Defesa é comportamento. Se haver comportamento de risco, vai haver risco. Então, nós temos de nos integrar.

E pelo Ministério da Agricultura, pelos técnicos do Ministério da Agricultura eu falo aqui, com meus 40 anos, já, na área; dia 1º de outubro eu completo 40 anos como médico veterinário do Ministério da Agricultura; fui Superintendente do Ministério da Agricultura em São Paulo por 13 anos, fui Presidente do Conselho Veterinário, fui Presidente do Colégio Brasileiro Higienista de Alimentos, graças a uma deferência especial do Ministro Stephanes sou o Presidente do Conselho de Administração do CEAGESP. Então, nós temos uma experiência razoável em relação a esse processo, e estamos buscando a experiência dos técnicos, dos profissionais que têm responsabilidade nisso aí, com o apoio dos fiscais federais de agropecuária.

E é bom que se ressalte que nós temos inclusive uma autorização para contratação, e é urgente a contratação de mais pessoas e o investimento na área de pesquisa. E o que eu vejo aqui, com os meus 40 anos de atuação? Perdoe-me, Sr. Presidente, só vou alongar-me um pouquinho. Quando entrei no Ministério da Agricultura, discutia-se isso aqui, Deputado Caiado. Eu participei de discussões com um grande Ministro que nós tivemos, o Ministro Cirne Lima, sobre o segundo Plano de Desenvolvimento, e eu comentei isso, Deputado Onyx, quando estávamos comemorando o Dia Mundial do Veterinário aqui no Congresso, eu comentei que aquele foi o momento em que o Governo começou a pensar. Tivemos o Ministro Paulinelli, que deu forma àquele processo. Então, nós investimos fortemente em pesquisa com a criação da

EMBRAPA, na verdade na produção de ciência, na difusão da ciência com a criação das EMATERs, quando o Governo estimulou de forma forte, inclusive subsidiando, a criação das empresas de insumo, das empresas de transformação. O Governo bancou, o Governo investiu pesadamente, nos últimos 40 anos, para que o Brasil deixasse de ser um grande importador de alimentos, como era naquele período, para ser o grande exportador que nós somos hoje.

O momento hoje é muito importante para nós, porque nós estamos numa outra etapa. Nós hoje temos, sim, de fazer um estudo grande, uma avaliação forte, dentro de um ambiente de negócios. Precisamos urgentemente modernizar o sistema. Para isso, urge a aprovação de algumas legislações fortes que estão aí, seja o Código Florestal, seja a modernização do próprio sistema de defesa. Nós temos hoje 26 legislações, 26 leis, 134 decretos, 5.172 instruções normativas e várias circulares interferindo na atividade econômica. A determinação da Presidente e do nosso Ministro é modernizar isso, é enxugar esse processo, para que nós possamos ser mais eficientes, eficazes, efetivos, para que nós possamos ter produtividade, e possamos ser reconhecidos.

Logicamente, com todo esse processo, continuaremos a ter algumas ações como essa, técnica, da área russa, que nós temos de debater com base científica, e responder a esse processo, e, como é a determinação forte do Ministro, de forma ágil, rápida e responsável.

Quero agradecer-lhes a oportunidade e dizer aos senhores que a Secretaria de Defesa do Ministério da Cultura está à sua disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Dr. Jardim.

Nós vamos passar agora para a próxima fase, em que vamos ouvir os Parlamentares que fizeram sua inscrição na chegada, hoje de manhã, junto à nossa Secretaria. Eu apenas quero registrar que recebi aqui uma demanda de Valdomiro Ferreira Júnior, Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos. Ele encontra-se aqui ainda? Foi-nos passado esse documento aqui; se o senhor tem algo a complementar, esteja à vontade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Está bem, está sentindo-se contemplado, mas quero fazer o registro e agradecer-lhe a presença também. Se houver algum complemento, por favor, sinta-se à vontade de fazê-lo rapidamente.

O SR. VALDOMIRO FERREIRA JÚNIOR - Bom, sendo bastante objetivo e prático, sou de um Estado onde o consumidor é o mais importante. Não somos um Estado produtor. São Paulo hoje consome quase 700 mil toneladas de carne suína por ano; é

mais do que as exportações. E aqui eu gostaria de alertar os Srs. Parlamentares, porque nesta audiência pública nós estamos caminhando para uma situação de culpa perante a Rússia, e eu gostaria de apontar um outro sentido. Matematicamente falando, nós produzimos 3 milhões de toneladas, vamos exportar 600 mil toneladas e consumir 2,4 milhões de toneladas no mercado interno; portanto, o mercado interno é 80%, e o mercado externo é 20%. Se a Rússia depende disso, se 50% são para o mercado russo, as 600 mil toneladas caem para 300 mil, certo? Bem, 300 mil são 10% de 3 milhões. Nós não podemos admitir, profissionalmente, politicamente, tecnicamente, que essa crise seja só por esses 10%. O maior foco ainda é o mercado interno. O maior foco é o mercado interno!

Então, nós não podemos perder a oportunidade, neste momento, Ministro Turra — e o senhor foi muito feliz na sua exposição —, de dizer o seguinte: o grande problema da suinocultura hoje é preço e custo. Preço e custo. Matematicamente é isso. Preço resolve-se na seguinte condição: o mercado interno hoje existe, e a cadeia produtiva da carne suína está totalmente desequilibrada; alguém está ganhando com essa crise. Alguém está ganhando! E nesta semana o mercado varejista está sendo contemplado com o investimento do BNDES, que vem associar-se ao mercado varejista. Isso preocupa-nos muito, porque nós não temos capacidade de continuar produzindo tendo o Governo como um grande concorrente nosso. Nós não temos essa capacidade.

E a outra questão é pontual, a questão do milho: 70% do nosso custo estão no milho. Nós precisamos de uma atividade mais concreta da CONAB. Nós precisamos de que esse milho no segundo semestre não saia do País, porque, independentemente do preço — quem determina o preço é a lei do mercado, é a lei da oferta e da demanda —, o grande problema nosso, hoje, é a preocupação com o abastecimento de grãos para o segundo semestre, para a suinocultura e para a agricultura. Esse é o grande risco.

Então, eu encerro dizendo o seguinte: nós achamos muito oportuna esta audiência, mas queremos ressaltar que a responsabilidade também é necessária dentro do mercado interno, e o Governo tem de agir. Nosso pedido aos Parlamentares é de que nós possamos abrir um estudo, conforme foi comentado aqui, para vermos as margens de lucratividade do segmento suinocultor ao longo do tempo. Essa crise não nasceu com a Rússia. Essa crise vem lá de trás. Nós estamos sendo desestruturados, o nosso capital, os nossos investimentos, por uma margem de lucro que nós não temos. É inadmissível hoje um suíno ser vendido a R\$ 1,50 o quilo e o produto da mesma origem suína é vendido na ponta do varejo a R\$ 9,00, R\$ 10,00 reais. É muita gordura nesse mercado!

É este o apelo que nós fazemos aos Parlamentares. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Nós que agradecemos por tudo.

Nós passaremos a palavra, então, na ordem das inscrições, a Ronaldo Caiado. V.Exa. terá a primeira fala. A orientação que o nosso Presidente Lira Maia nos deu aqui é a sugestão dos 3 minutos sem ouvir primeiro os proponentes. Eu estaria de fora, pela ordem que o nosso Presidente deu aqui, porque eu e o Deputado Onyx Lorenzoni somos os proponentes, e a lógica da Casa aqui é sempre ouvir primeiro os proponentes. Então, V.Exa. está escrito na sequência, mas eu passarei a palavra primeiro para o Deputado Onyx Lorenzoni, que é um dos proponentes, e depois, nos encaminhamentos, farei as minhas observações. Vou aproveitar depois a oportunidade dos encaminhamentos para fazer a minha ponderação.

Por favor, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, quero ficar dentro dos 3 minutos, com grande objetividade. Primeiro, quero dizer que a manifestação que nós acabamos de ouvir se soma, por exemplo, com aquilo que nós discutimos ontem aqui em relação ao arroz. Os produtores de arroz gaúchos, catarinenses e paranaenses tiveram um ganho de produção extraordinário, e disso resulta que nós temos 1,5 milhão de toneladas sobrando, porque é o setor mais produtivo do planeta. E aí o meu amigo Quartiero, que é plantador de arroz...

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Eu era.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ou era, não é? (*Risos.*) E aí a Raposa Serra do Sol acabou com o arroz que V.Exa. produzia lá em Roraima. V.Exa. deve estar pensando aqui se tudo aquilo de que nós falamos ontem não vale para hoje. E vale. Por que é que vale? Vale porque é inadmissível um País que tem no campo a principal base do seu equilíbrio econômico-financeiro não trabalhar com planejamento de curto, de médio e de longo prazo. É inaceitável!

Olhem, eu tenho uma imensa admiração pelo Dr. Jardim, que é um profissional que acompanho há 40 anos, praticamente. Somos amigos. É um talento. E, apesar de Turra, que já passou pelo Ministério, e de Reinhold, que foi também um brilhante Ministro, nós temos de mudar essa visão de Estado, de Governo. Ou seja, não é possível isso, porque, quando nós temos um problema dessa magnitude, o que é que se expõe? Expõe-se a nossa fragilidade. Não há um plano de contingência para nada no Brasil! Não há plano de contingência para a lavoura do arroz, não há plano de contingência para o suíno, não há plano de contingência para o bovino, não há plano de contingência para a ave!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Agora, há reserva legal para tomar 20%

da propriedade rural do produtor brasileiro, há R\$ 4 bilhões para entregar para dois grupos franceses, para uma empresa, para um grande empresário brasileiro, que deve ter relações fantásticas no BNDES, porque vá alguém aqui buscar R\$ 100 mil no BNDES para ver a dificuldade que é; agora, R\$ 4 bi há!

Assim como nós já inúmeras vezes analisamos aqui bilhões e bilhões de reais que foram aportados para que empresas brasileiras ganhassem *status* internacional, acho que essa é uma das preocupações que o Brasil tem de ter.

Agora, Deputado Bohn Gass, V.Exa. que trouxe o assunto e a quem eu me associei, com muito respeito e com muita honra, eu quero dizer que são momentos como este, Ministro Turra, que nos permitem refletir. O Parlamento e a Comissão de Agricultura cumprem o seu papel de trazer aqui todos os autores envolvidos, e nós precisamos, Jardim tem de levar mensagem para o Ministério, o Ministro Paulo Mesquita tem de levar para o Itamaraty. Nós lutamos 10 anos no Brasil para termos adido agrícola — 10 anos, não 10 dias —, e como é que estão funcionando as nossas Embaixadas? Elas estão operando como escritórios de negócio? Algumas eu até sei que sim, mas a grande maioria continua divorciada da grande riqueza que este País tem.

Se toda a indústria brasileira botar na rua o que tem hoje, na área metal-mecânica, na área eletrônica, na automotiva, e se nós ainda utilizarmos como fonte de renda toda a prestação de serviço que nós fazemos, inclusive o turismo — e, aliás, um País que é quase 10 vezes a Espanha recebe 6 milhões de turistas por ano, e a Espanha recebe 45 milhões; essa é uma outra coisa em que nós temos de pensar —, o fato é que se nós botarmos tudo que nós industrializamos, todo o produto acabado brasileiro para fora, ninguém bate o que a agricultura e a agroindústria brasileira fazem. Se nós temos equilíbrio hoje, devemos a esses setores.

E eu volto a dizer: nós podemos ter 40 Ministérios, 30 mil cargos em comissão, nós podemos ter o que nós quisermos de estrutura, ou não ter; agora, na ausência de um plano de contingência, na ausência de uma capacidade de resposta, quem está pagando a conta? E eu termino, Presidente; é que eu me empolgo, o meu coração de veterinário fala, e aí fica complicado. O problema é que nós enfrentamos de maneira reiterada estes momentos, entra Governo, sai Governo, porque nós esquecemos de uma palavrinha que não é mágica, mas é fundamental para a vida de quem tem uma atividade que tem tantas variáveis: planejamento.

Há previsibilidade, capacidade de antever. Diante de tudo isso, todos os representantes governamentais que vêm aqui dizem: “Ah, a crise que está instalada agora nós já prevíamos em outubro do ano passado”. Ontem isso foi dito na Mesa pelo

representante do Ministério, quando abordava a questão do arroz. Há pouco foi dito por um dos palestrantes também: “Nós tínhamos a informação de que poderia haver o problema”. Muito bem, e o que fizemos? Porque hoje quem paga a conta é quem está vendendo o porco a R\$ 1,50. É isso. E essa conta estoura no elo mais frágil da cadeia, e não é justo.

Planejamento e justiça, acho que são dois pedidos, e talvez duas palavras que possam nortear as ações do Estado, do Governo brasileiro, e para isso não tem Oposição nem Governo; aqui temos brasileiros, e pessoas que produzem, e que têm o direito de serem respeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Deputado Onyx.

Eu só quero informar: a minha insistência aqui nos 3 minutos é porque temos 15 colegas inscritos. Quinze vezes três, imaginemos o nosso horário. Então, apenas quero pedir a colaboração nesse sentido; não é nenhum corte, obviamente, da manifestação de cada Deputado.

Deputado Ronaldo Caiado, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu vou ser bem sucinto.

Sr. Presidente, V.Exa. hoje faz parte da base do Governo, do partido do Governo. São vários petistas aqui. Eu à época era do PFL. Meu partido estava na Vice-Presidência da República. Nós encabeçamos um movimento aqui, para a renegociação da dívida dos produtores rurais, e enfrentamos o Governo. Então, eu gostaria que todos tivessem uma visão não partidária, não de Governo, mas de defesa do setor.

Qual foi a última renegociação que existiu neste País? Começamos com a CPI quando do meu primeiro mandato, em 1992. Fizemos uma primeira securitização, que foi o caos, a segunda securitização, depois o MODERFROTA, e conseguimos reativar a agricultura e dobrar a nossa produtividade. De lá para cá, existiu mais alguma coisa? Nada. Zero! Como diz o cidadão no interior, “zereta na caderneta”. Ao produtor rural, zero!

O expositor que nos antecedeu disse muito bem: não vamos responsabilizar a Rússia, nem vamos responsabilizar apenas o milho, não! Vamos direto ao foco. Eu sou cirurgião. O foco é: o Governo tem preconceito com o setor agropecuário. É a verdade. É uma realidade! Presidente, é uma realidade! Vá, independentemente do Governo anterior, ou do atual, vá ali ao Ministério da Fazenda, leve o problema da suinocultura; eles vão responder a V.Exa. o seguinte: deixe quebrarem, que outros virão e vão substituí-los. É a visão fria. Fria!

O sistema financeiro é a mesma coisa. Quando nós fizemos uma CPI, e está aqui Colatto, Relator da época, o nosso endividamento era de R\$ 20 bilhões, pela moeda de

hoje. Hoje a dívida nossa rural é de R\$ 100 bilhões, R\$ 100 bi, a oficial; mais o privado, chega a R\$ 130 bilhões. O que é que está sendo feito para o setor? Zero. Nada!

Agora as montadoras tiveram uma crise. A crise das montadoras foi crise do mercado interno? Não! Foi uma crise externa. Ah, em 2 minutos acabou o IPI, o BNDES injetou dinheiro. Nós votamos uma medida provisória, a Oposição votou com o Governo, e nós aprovamos a medida provisória em 48 horas.

E agora, o que temos? O setor falido, quebrado, inviabilizado neste momento. E vamos discutir Rússia? Não temos que discutir Rússia neste momento, não! Está certo? Quer dizer, vamos buscar alternativa para daqui a 6 meses? Ora, vão fornecer-me água no décimo dia, no deserto? Eu já terei morrido no quinto! A realidade é esta, nua e crua: o setor está quebrado! Está inviabilizado! A suinocultura está quebrada! Como o agricultor. Se ele for cobrado também, todas as propriedades dele estão inadimplentes, todas vão para leilão. Essa é a realidade!

Qual é a matéria que é feita com a base do Governo, em apoio, para termos um plano, para podermos criar mecanismos de defesa para o setor? Observou muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Só 1 minuto, Presidente. Eu comecei às 12h28min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Isso, está dentro dos 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Então, vejam bem, o varejista e o banqueiro, os senhores sabem do caso deles, não é? Varejista e banqueiro. Diz-se que o sujeito tinha um olho de vidro e disse ao produtor rural: "Se você descobrir qual é o meu olho de vidro, eu vou dispensar a sua dívida". O produtor rural disse a ele: "É o seu olho esquerdo, porque foi nele que eu vi um brilho de solidariedade e de amor ao próximo". Entendeu, Sr. Presidente? Não há nenhum! É zero! Com a equipe econômica, é zero!

Quer dizer, ou o setor se mobiliza, ou o setor vem para a rua... Está certo? Ele vai passar aqui com 10 mil porcos na Esplanada dos Ministérios, com mais milhares de produtores rurais, e essa bancada vai ter a coragem de sair apenas dessas decisões aqui e ir para o plenário, para o enfrentamento corajoso do Governo, dizendo: o BNDES tem dinheiro para capitalizar a PETROBRAS, tem dinheiro para Carrefour, tem dinheiro para grandes frigoríficos, tem dinheiro para todas as estruturas do País, para socorrer todas as grandes indústrias do País, e não tem dinheiro para o setor que o sustenta, que é superavitário na balança comercial. Os outros setores são incompetentes! São todos eles setores que fecham com déficit no final de 1 ano. E o setor rural é o que nos sustenta, à custa de perda de renda e de seu patrimônio, a cada ano que passa.

Encerro dizendo: muito obrigado. E acho uma coisa só: ou nós vamos criar o fundo necessário, para podermos cacifar hoje esse diferencial, ou nós vamos criar uma nova renegociação dessa dívida para os produtores rurais e linha de incentivo para quem está na ponta poder sobreviver, ou senão mais uma vez banqueiro e varejista vão acabar de enterrar o setor produtivo primário, sugar a última gota de sangue do setor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - O próximo Deputado com a palavra é o Deputado Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu procurei anotar aqui o que todos falaram, e eu quero dizer que se trocarmos a fala de cada personagem aqui... Veio inclusive a nata daqueles que conhecem o setor da agropecuária brasileira, e eu olho, e lá estão 22 fotografias, e 23 é o próximo, o que preside hoje; apenas por dois eu não tive a honra de ser presidido. Eu estou aqui já no meu sexto mandato, e em todos os mandatos que eu tive aqui sempre tivemos audiências públicas quanto ao aspecto da crise da suinocultura.

Eu vou ficar aqui apenas numa observação, porque o companheiro de São Paulo, ali atrás, parece que copiou a minha colinha. Ele disse o que eu ia dizer. E, apenas acrescentando um pouco àquilo que o Dr. Pedro de Camargo disse, o ajuste é o da oferta e o da demanda. Essa é uma realidade. Nós temos de nos preocupar aqui com o nosso mercado interno.

Graças a Deus, não viemos aqui polemizar sobre o embargo da Rússia, porque na quinta-feira passada eu e o Deputado Bala Rocha estivemos com o Embaixador, lá na embaixada da Rússia; ele como Presidente do Grupo Parlamentar da União Econômica Europeia, eu como Vice, fomos lá conversar com o Embaixador, que não está no Brasil, está lá na Rússia. E tratou-nos muito bem, e até com um pouco de desdém quanto à nossa preocupação, o Sr. Embaixador, aqui no Brasil.

Eu queria dizer aqui, bem rapidamente, acrescentando ao que foi comentado: aqui faltaram alguns atores, dois atores importantes, que deveriam estar aqui, nesta discussão. Entre eles, seria ou o Ministro da Fazenda, ou senão o Sr. segundo Ministro Gilberto Bittencourt, que dita inclusive as normas de com quanto dinheiro o Ministério da Agricultura tem de ficar, que determina inclusive os parâmetros técnicos, porque o Ministério da Agricultura não é culpado de tudo isso, não! Gilson Bittencourt precisa estar aqui, nós precisamos de que esteja aqui o Ministério da Fazenda para saber do que a agricultura precisa, para haver dinheiro na CONAB para nós comprarmos o milho do Mato Grosso, para nós tentarmos equilibrar inclusive o preço, porque o problema nosso é

interno. Nós temos de salvar a agricultura interna!

E o Ministro Turra foi feliz no que disse. E eu lembro quando o Ministro Turra assumiu como Ministro. Eu estava no palanque, e fui abraçá-lo e cumprimentá-lo. Pela primeira vez eu ouvi um Ministro falar do trigo. E o trigo no Brasil é um desastre ainda, até hoje. Passaram vários Ministros. Mesmo que nós tivéssemos aqui aqueles com boas intenções, como o nosso ex-Ministro Reinhold Stephanes, o trigo não é política de governo; tem de ser política de Estado. E eu acho que a suinocultura também tem de ser uma política de Estado.

Passa Governo, entra Governo, e olhem que eu estava aqui no finalzinho do de Collor, no de Itamar Franco, no de Fernando Henrique Cardoso, nos oito anos do Lula, e agora estou aqui no de Dilma, e repete-se a mesma história. Então, falta aqui o Governo agir, por intermédio do Ministério da Fazenda — que diminuiu o preço do trigo, e que agora, na política deste ano, diminuiu inclusive o preço mínimo do feijão...

O que falta aqui mesmo são os maiores vilões da história, como o Ministro Turra levantou. Têm de estar sentados aqui na frente os grandes supermercados, porque são eles que estão ficando com o dinheiro, com o dinheiro da indústria, que ganha pouco, e com o dinheiro do produtor, que ganha pouco, porque se nós não salvarmos o criador, a criatura mata o criador; acabando o criador, nós não temos a criatura em pé. Então, nós precisamos tê-los aqui inclusive para prestar esclarecimentos.

Eu já termino, Presidente.

Eu acho que esse é um ponto importante. Eu queria dizer aqui, para encerrar, que eu acho que esta audiência pública ficou um pouco torta. Nós temos que de novo trazer esses dois personagens, porque eles fazem parte do contexto da política. Não falo nem do leite, nem do gado bovino; estou falando da suinocultura, porque, como disse o Ministro Turra, são 120 mil, integrados. Às vezes num setor com 10 mil, como o das montadoras, colocam-se bilhões, e nós temos 120 mil aqui nessa condição. Entre as montadoras, para fazerem automóvel, e o produtor rural, eu fico com o produtor rural, porque é ele quem carrega este País nas costas. Por isso é que temos de ter condições de trazer, Sr. Presidente, um relatório, e entregar esse relatório ao Ministro da Fazenda.

Nós temos aqui o Ministro Paulo Mesquita, que pode dar-nos uma ajuda no Ministério das Relações Exteriores. Que os nossos adidos agrícolas, nas nossas embaixadas, informem-nos, para que não nos causem esse transtorno, como causou a Rússia neste momento.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Micheletto.

O Deputado Celso Maldaner é o próximo.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Inicialmente, eu gostaria de agradecer a iniciativa ao Deputado Bohn Gass, e também ao Deputado Onyx Lorenzoni. É importante esta audiência pública. Quero agradecer a presença aqui a todas as autoridades que compareceram, aos palestrantes. Diz-se que a vida é mais emocionante quando nós somos os atores e não meros espectadores, não é? Então, ainda bem que os senhores estão aqui como atores, participando desta grande preocupação.

E, é claro, eu não quero ficar aqui por seis mandatos, como o colega Micheletto, discutindo essa questão. Estou apenas no segundo mandato. Nós temos de encontrar a solução definitiva, não é? Houve crise na suinocultura em 2006, houve em 2007, em 2009, e agora em 2011. Outra vez o Governo ia até adquirir toda essa carne suína; parece que não havia essa carne para adquirir, não é? Não sei se nós temos armazéns, frigoríficos, ou parcerias com as indústrias para adquirir o excesso de carne suína que está aí, no momento; então, se é isso que está acontecendo eu não sei, se está sobrando carne suína. Exportamos 10 milhões de toneladas de milho, por falta de armazéns, com subsídio do Governo. É outra preocupação: será que temos armazéns que cheguem para segurar a nossa produção? E realmente o nosso suinocultor hoje está sendo tratado como tratador, e não como empreendedor. Tratador de suínos. Então, nós temos essa preocupação muito grande, não é?

Nosso colega falou do Ministério, e eu acho até que exagerou um pouco, não é? O nosso colega aqui do Rio Grande do Sul. Eu acho que o Ministério vem fazendo a sua parte. Eu queria até sair em defesa aqui do Ministro Wagner Rossi, do Dr. Jardim, do trabalho que está sendo feito. Eu acho que o Dr. Jardim disse muito bem: nós temos de ser proativos e encontrar uma solução para a cadeia produtiva. É claro, o setor automotivo teve benefícios, e eu acho que o setor agropecuário é o setor que sustenta este País, não é?

A questão do marco legal eu acho que é importante, e está sendo discutida aqui na Câmara Federal. Nós temos a preocupação com a desindustrialização do nosso País. A China é uma oportunidade, mas também é uma ameaça. Há a questão do acordo com o OMC, essa de macroeconomia. Inclusive estivemos hoje de manhã com Gleisi, e ela falou, lá na audiência, da questão da crise da orizicultura, e falou muito em macroeconomia. Eu acho que é importante o controle da inflação, mas hoje o Brasil importa muitos produtos fracionados, não é? Quer dizer, eu sei que há os acordos, a Organização Mundial do Comércio tem de ser respeitada, e tal. Há também a questão dos peixes, em Santa Catarina, que importa fracionados; há a questão dos moinhos, as tantas

dificuldades que nós temos.

Então, eu acho que a solução seria o preço mínimo, uma garantia de preço para os nossos suinocultores. E a grande saída, como comentei, é o agronegócio. É a agricultura que salva o nosso País, não é? Talvez um fundo de equalização por cadeia produtiva, será que não daria para pensar nisso? Um fundo de equalização por cadeia produtiva dos setores. Quando o mercado paga menos, teria de haver um fundo que regule essa questão da oferta e da procura, que sempre vai haver.

Nós temos de fazer aqui uma audiência pública das grandes redes distribuidoras. Eu acho que é importante a distribuição. Cabe convocarmos aqui, fazermos uma audiência pública com as grandes redes de distribuição. Eu acho que é muito importante. Então, seria essa aí, objetivamente, a observação que eu queria fazer.

E, é claro, nós estamos preocupados já com a cadeia produtiva do leite. Este ano importamos R\$ 226 milhões em derivados de lácteos, exportamos apenas R\$ 37 milhões, e não queremos que isso aconteça com a bovinocultura de leite. O que mais segura hoje a agricultura familiar no meio rural é a bovinocultura de leite, e vamos torcer para que não aconteça o que aconteceu com a suinocultura.

Parabéns, Dr. Jardim, pela sua exposição. E quero sair em defesa do Ministro da Agricultura, que tem feito um bom trabalho no Ministério. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Deputado Maldaner.

Tem a palavra o Deputado Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar aqui Losivanio, que é o Presidente da ACCS de Santa Catarina, e em sua pessoa cumprimento todos os produtores de suínos e as entidades que fizeram aqui sua exposição. Quero cumprimentar a Mesa, o Dr. Jardim, nosso Secretário de Defesa Agropecuária, que se esforça para resolver isso, junto com nosso Ministro Rossi. E com certeza, Ministro Turra, temos admiração pelo seu trabalho e pela sua história.

Na verdade, nós ouvimos aqui alguns dados, que eu acabei anotando, sobre essa questão da suinocultura. Alguém comentou aqui que o consumo interno é 83,3%, e a exportação 16,7% da nossa carne suína. Ora, se esses números são reais, Deputado Bohn Gass, nosso problema é interno; não é russo, não é de exportação. Nós estamos brigando tanto, achando culpados; aliás, anos atrás acharam aí que Wolmir de Souza, o ex-Presidente da ACCS, era o culpado por não exportarmos para a Rússia. E agora quem é o culpado? Quem será o culpado? É a interrogação. Jardim já deu as explicações, mas ela está aí, fica no ar.

Então, essa é a questão de que eu quero falar com todos os representantes que

estiveram aqui, da indústria; só faltaram, como disse Micheletto, os representantes do supermercados, da ABRAS, não é? Um levantamento que eu vi lá em Santa Catarina, entregue pelo Ministro Wagner Rossi, mostra que costela de porco, de suíno, por supermercado, uma pesquisa feita no País, de custa de R\$ 7,00 a R\$ 30,00 o quilo, dependendo da cadeia de supermercado. Então, nesse mundo, nesse universo todo da suinocultura, alguém está ganhando dinheiro! Se o suinocultor está quebrando, a indústria está com dificuldades, quem é que está ganhando o dinheiro da suinocultura? Ou todos nós somos otários que estamos produzindo, e ninguém está ganhando dinheiro? Ora, Pedro, se ninguém está ganhando dinheiro, nós temos de parar com a atividade. Por que nós vamos ficar com isso?

É claro que atrás disso há toda uma estrutura, empregos etc. E aí nós temos de trabalhar essa questão das parcerias, que inclui o produtor, que inclui a indústria, que inclui o supermercado, sim, que é o que vende lá no varejo, e inclui o Governo. Quem é que fica com parte desses suínos? Se nós colocarmos um suíno de 100 quilos na mesa e dividirmos, quem vai ficar com o quê? O Governo fica com um terço do suíno só nos impostos, um terço. Então, de cada três suínos, um é do Governo. Ora, como é que nós podemos sobreviver em uma situação dessas? E aí nós temos de ter essa parceria por uma questão de sobrevivência. Nós temos de ser inteligentes: se não tivermos a parceria da indústria, dos mercados para poder vender e também do Governo, como vamos sobreviver?

Eu ouvi um depoimento de um diretor de cooperativa que tem supermercado lá em Concórdia. Ele me disse: *“Deputado, nós fizemos aqui uma promoção de carne suína, baixamos o preço. Vendi tudo em um dia, todo o estoque que eu tinha.”*

Então, Ministro, Deputados, nós temos de trabalhar essa questão. Por que a ABRAS, a Associação Brasileira de Supermercados, não entra nesse processo? Vamos fazer uma promoção, uma promoção de duas semanas neste País, os supermercados jogando para baixo o preço da carne, não ganhando tanto, pagando mais barato e vendendo no mesmo preço, como está acontecendo, e nós vamos tirar os estoques, meu Presidente Bohn Gass. Vamos tirar os estoques e vamos trazer para a realidade essa questão.

Eu acho que nós temos, sim, de trabalhar esse processo. Pontualmente, eu queria dizer: ou tem parceria ou nós estamos fadados a quebrar, como estamos no arroz.

Pontualmente, eu queria abordar a questão do Projeto Parceria, de que se falou aqui. O Projeto Parceria foi votado aqui na Comissão. Realizamos algumas discussões, está lá na Mesa para ser colocado em pauta e votado, apensado a outros projetos. E

estamos trabalhando. Tive notícia agora de que a Senadora Ana Amélia também entrou com o mesmo projeto lá no Senado. Temos que discutir esse assunto. Esperamos avançar rapidamente com mais algumas conversas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O Ministério da Agricultura, Jardim, o que ele está fazendo foi questionado aqui. Como é que está esta questão dos adidos agrícolas, aqui criado pelo Ministro Stephanes, em nossos trabalhos? Onde é que estão os adidos agrícolas? Eles estão trabalhando para colocar o nosso produto lá fora? Dr. Pedro de Camargo, os nossos adidos estão ajudando lá fora ou viraram tecnocratas do Itamaraty e acabam tratando de questões culturais e militares e esquecem de vender nosso produto lá fora? Nós queremos questionar e talvez trazer aqui os nossos adidos agrícolas para resolver isso.

A questão do crédito, a dívida, nós temos de trabalhar isso urgentemente para que nós possamos buscar essa solução. Eu fui Relator, em 1993, da CPMI do Endividamento Agrícola, e isso foi enrolando, enrolando, enrolando. E naquela época nós constatamos que os bancos roubaram dos agricultores 21 bilhões de dólares. Mandamos para todos os órgãos, desde a Polícia Federal etc., e até hoje ninguém fez nada. E tudo coisa provada, o maior escândalo deste País! Aí está a origem da dívida dos nossos produtores. Então, essa questão tem de ser resolvida, sim.

Estamos trabalhando a CONAB para levar milho para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, onde for preciso. O Mato Grosso do Sul também está em crise com a suinocultura, nos afirmou aqui o Deputado Homero. Nós precisamos resolver isso. Mas tem de agilizar. É muito demorado, a burocracia mata este País. O Custo Brasil da burocracia é uma coisa louca! Com o suíno não se pode desligar a tomada. Ele vai parar de comer? Não. Ele tem de comer todo dia. A indústria tem que ter o suíno lá na porta. Então, tem que agilizar.

A proposta que faço, Presidente, é criarmos um grupo de trabalho a fim de buscar soluções concretas para esse assunto, envolvendo a indústria, os Parlamentares, o Governo — acho que a tributação tem de ser mexida —, os supermercados. Vamos buscar uma saída. Não é possível que não tenhamos competência para resolver o problema destes 83% de carne suína que ficam no mercado interno. É um problema nosso, que temos de resolver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Colatto.

Quero apenas registrar que o Deputado Moreira Mendes vai-se retirar. É o 14º

inscrito, e estamos no sétimo. S.Exa. deixa o registro do seu empenho conjunto nesta pauta e está indo para outra atividade. Apenas para fazer esse registro. Não posso alterar a lista das inscrições, é perfeitamente compreensível. Obrigado, Deputado Moreira Mendes.

Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente Bohn Gass. Minhas saudações a todos os convidados e expositores, tanto das organizações como também do Governo. Três minutos é muito pouco. Estamos aqui desde o início, fizemos uma lista de anotações. Mas vou falar rapidamente alguns pontos. Quero também cumprimentá-lo, Deputado Bohn Gass, e parabenizá-lo pela iniciativa.

Quero defender aqui o Governo no seguinte sentido: não há preconceito contra a agricultura, nem no Governo Lula nem no Governo da Presidenta Dilma. Tanto é que hoje o Brasil vive e comemora a indicação para Diretor-Geral da FAO do nosso companheiro Graziano, que foi Ministro do Governo do Presidente Lula. Isso nada mais é do que o reconhecimento internacional do tratamento do Governo brasileiro com a agricultura e a alimentação.

Queria deixar isso claro. Só isso daria um debate extenso, talvez daria uma grande polêmica aqui, como já aconteceu. Mas queria deixar claro que há uma atenção muito grande do Governo em relação à agricultura. Problemas temos, sim, e muitos, mas não são problemas conjunturais, são problemas estruturais. E é disso que gostaria de falar.

Acho que a crise da suinocultura é uma crise anunciada, devido a um modelo que está exagerando em algumas coisas. Esse modelo é que tem de ser refletido.

Vou dizer algo que talvez poucos saibam — e aqui há vários criadores de suínos. Eu comecei a minha vida criando porco, meu pai fez a vida dele criando porco — na época não era suíno. Praticamente cresci e vivi a minha adolescência e a minha juventude dentro de chiqueiro de porco. Conheço essa atividade, mas as mudanças que aconteceram foram tantas que temos que refletir um pouco sobre isso.

O primeiro ponto é o sistema de integração — inclusive, aqui existem vários representantes. No Brasil não tem mais votos, não vamos discutir isso. Mas há um sistema de integração que caminha para um ritmo perigoso, um caminho perigoso de alta concentração industrial e empresarial. O mais recente agora é a Sadia e a Perdigão, criando a BRF, e tantas outras.

Esse sistema oligopolista não tem regras — esse é outro problema sério — para tratar com seus integrados. Vou tratar disso na sequência.

Foi dado incentivo, nos últimos anos, à concentração da produção. Lembro que, na

época em que criávamos porco, quase todos os agricultores familiares tinham a sua criação. Hoje, o sistema se concentrou demais em produtores. Tenho dito assim: o porco do colono passou muitas vezes a ser o suíno do doutor que monta uma, duas, três, quatro, cinco, dez granjas. Tem gente que não é do ramo, não é da atividade. Não que seja proibido, claro, é perfeitamente legal, mas isso traz um problema, uma consequência séria para os agricultores: desarranja a produção. Não há planejamento dessa maneira. Teria que haver clareza também sobre isso.

A dependência do mercado externo afirmada aqui é uma farsa. Temos um mercado interno, graças ao crescimento do consumo, do poder de compra extraordinário — e aqui os números do companheiro de São Paulo mostraram isso. Não vamos fazer um cavalo de batalha só sobre a questão do embargo de um país, temos que tratar muito do nosso mercado interno.

Um último ponto de problema para mim, meu caro Dr. Jardim, é a questão do sistema de inspeção, que queria explorar mas não vai dar tempo. O que é a questão do processo de produção alegado pela Rússia? O que é a chamada equivalência, alegada pela Rússia? Gostaria de entrar nesse debate, porque, na minha avaliação, temos um sistema de inspeção sanitária ultrapassado, extremamente concentrado em Brasília.

O SUASA, meu caro Turra — e estava aqui o Ministro Stephanes —, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária tem como virtude principal descentralizar esse sistema, atribuir responsabilidades aos Municípios, Estados e consórcios de Municípios para descentralizar o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Quero supor, Jardim, que o problema da inspeção não é apenas da inspeção da planta industrial e do processo de abate, mas é a inspeção desde que nasce o suíno até todo o processo. Essa é a questão, para mim, que pode estar enroscando na questão da Rússia. E o SIF não vai fazer isso nunca, não vai conseguir fazer isso. Temos que pensar um sistema diferenciado.

Deputado Bohn Gass, queria abusar da sua paciência para dizer três pontos que são fundamentais, na minha leitura.

Primeiro, a questão da lei de integração, como foi dito pelo Deputado Colatto, o Projeto de Lei nº 8.023, de 2010. O Presidente Marco Maia, esta semana, vai assinar o ato de criação de uma Comissão Especial para tratar desse assunto, para aprovarmos em plenário, o mais rapidamente possível, um regulamento sobre integração no Brasil, porque não temos uma legislação. Fui o Presidente da Subcomissão que resultou neste PL 8.023.

Segundo, as mudanças no sistema de sanidade e a implantação do SUASA, até para avançarmos mais no mercado interno. O SUASA é fundamental para fortalecer os pequenos e os médios abatedouros e frigoríficos, para colocar a carne com mais facilidade no mercado interno. Precisamos investir no SUASA.

Terceiro, a questão do preço mínimo. Eu concordo com o preço mínimo, mas também gostaria de estudar junto com meus pares uma forma de se ter um lucro máximo para as empresas. Não temos nenhum tipo de transparência. A corda sempre arrebenta do lado dos produtores, e ninguém analisa o que acontece com as indústrias e com o lucro. Quando a coisa vai bem, os lucros se acumulam, os gigantes compram os gigantes. Quando a crise aparece, tem que jogar nas costas de alguém ou do Governo e geralmente estoura no lado dos produtores. Temos de pensar um sistema que seja mais... E até a ideia que discutimos na reunião passada da criação de um fundo de equalização e de sustentação para essas crises.

Obrigado, Presidente. Desculpe abusar da sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Eu aviso sempre aos três minutos, para irem concluindo, para poder contar com a colaboração dos Deputados.

Obrigado, Deputado Assis do Couto.

Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Saúdo o Deputado Bohn Gass, que está coordenando os trabalhos e que propôs esta audiência pública, e em seu nome os demais membros da Mesa; e em nome da representação dos suinocultores, saúdo o Vice-Presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, Mauro Gobbi — somos conterrâneos no Rio Grande do Sul.

Quero aqui, Sr. Presidente, em primeiro lugar, fazer a defesa que sempre fiz. Esta questão das integrações começou mais ou menos na década de 70 pela Sadia, no oeste de Santa Catarina e no norte do Rio Grande do Sul. Sempre combatemos essa questão, que ia chegar onde chegou. Hoje, no Rio Grande do Sul, temos mais suínos, mais porcos, do que há 30 ou 40 anos. Se olharmos por outra lógica, isso está concentrado nas mãos de meia dúzia.

As integradoras são o fruto desta crise a que estamos chegando: os agricultores servem de mão de obra para as integradoras, e estas não têm nenhuma responsabilidade sobre o agricultor — é isso que acontece — e fica para o agricultor o esterco do porco, quando fica. Fica o prejuízo, a estrutura para pagar. Quem perde é o agricultor. Já viram alguma grande integradora, seja Sadia, Perdigão ou quem for, mendigando, pedindo para que o Governo libere o milho, prorrogue a dívida e assim por diante? As grandes

integradoras vão ao BNDES.

E digo aqui que temos de tirar uma posição da Comissão de Agricultura, para que o Governo Federal — e aqui serve o Ministério da Agricultura — não libere mais recursos para as grandes integradoras. Elas são a grande inimiga do agricultor. Hoje, se temos todo esse estoque de carne, seja de frango, seja de porco, é porque há esses grandes projetos que sucatearam, Ministro Turra, a agricultura.

Lá em Marau, quantos agricultores produzem frango? Quantos agricultoras produzem porco? As integradoras foram excluindo a agricultura familiar ou a agricultura média da produção de suínos. No início, com cinco matrizes o agricultor entrava na integração. Depois, foi para dez, para vinte e agora tem de ter mil criadeiras para produzir leitão, tem de ter a maternidade e depois o período de engorda. Isso vai excluindo nosso agricultor e chega no que chegou.

Quero aqui dizer que essa é uma questão estruturante. A Câmara dos Deputados tem de aprovar esta lei das integradoras rapidamente e adotar critérios na comercialização do frango, do porco, em todas as questões de integração.

Para encaminhar, peço ao representante da CONAB que libere o milho urgentemente para os criadores, para os porcos não morrerem; além de perderem, eles veem os porcos morrerem de fome no chiqueiro. Então, temos de liberar o milho. Temos de ver a questão do endividamento dos pequenos, das pequenas integradoras familiares. Temos vários exemplos no Rio Grande do Sul, há várias integradoras familiares que têm 20 ou 30 mil porcos integrados, o que ainda envolve um bom número de agricultores, que as integradoras grandes não querem mais. São esses que estão trabalhando com o pequeno agricultor, que tem 300, 400 porcos engordando. É para esses que temos de olhar e não para os grandes.

Já falei sobre a questão do endividamento.

Por último, acho que esta Comissão, no projeto de integração, tem de botar um limite, porque, desculpem-me a expressão colonial — e falo porque sou um criador de porco, sei da realidade —, mesmo que industrializemos o pequeno abatedouro, disputamos diretamente. Há horas em que estamos vendendo a carcaça a 4 reais, vem a Sadia e a Perdigão e vendem no mesmo mercado a 2 reais e 50 centavos, para quebrar o pequeno. Então, temos de olhar para o médio e o pequeno.

E a BRF, que é a Perdigão e a Sadia.... Com todo o respeito que tenho pelas associações, pelos sindicatos e pelos movimentos, quero opinar aqui: fazer um seminário patrocinado pela BRF para discutir a suinocultura é botar a raposa para cuidar do galinheiro. É isso. Os nossos inimigos são os grandes. Não é o pequeno, não é o médio.

O nosso inimigo número um são os grandes. Se não tivermos políticas para defender os pequenos, os grandes vão terminar com os médios, que vão terminar com os pequenos. É por isso que estamos discutindo aqui.

A minha posição é esta: discutir o projeto das integrações; o banco tem de ver a questão da dívida dos pequenos; trancar — e aqui não tenho medo, não bebo água no copo dos grandes — os financiamentos das grandes integradoras, que são o inimigo número um dos pequenos e dos médios; e liberar o milho para os pequenos tratarem os porcos, porque hoje eles estão com dificuldade de comprar, e minimizar o prejuízo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Deputado Marcon.

O próximo inscrito é o Deputado Stephanes. *(Pausa.)* Não se encontra.

Deputado Oziel Oliveira. *(Pausa.)* Também não se encontra.

Deputado Homero Pereira. *(Pausa.)* Também não se encontra.

Deputado Zonta. *(Pausa.)* Também não se encontra.

Deputado Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Meus cumprimentos aos palestrantes, aos Deputados.

Não acompanhei a exposição — quarta-feira é o dia das Comissões, e corremos para tudo quanto é lado —, mas gostaria de dar um depoimento não apenas de um Deputado, mas de alguém que participa do setor da proteína animal, sobre a situação do embargo russo.

Penso que essa não é uma atitude nem de Governo, mas de Estado. Temos de fazer com que o nosso Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tomem algumas atitudes. O embargo russo não advém de problemas sanitários ou de problemas que as indústrias tenham, mas de interesse comercial mesmo. Se não é um fator, é outro. Há sempre algum argumento para fazer com que os russos, de um jeito ou de outro, façam a dosagem exata da proteína da carne que queiram importar.

Uma indústria nossa, em 2004, teve impedida a sua exportação por motivo absolutamente banal e fútil. Ninguém conseguiu provar a razão, mas, diante disso, ficou 2 anos fora daquele mercado. Aí eles abrem uma indústria e fecham outra. Agora, numa situação mais ampla, várias indústrias foram fechadas.

Então, nós temos que ter posições idênticas na nossa relação comercial com outros países e envolver diretissimamente o Governo, porque essa é uma situação que nós não vamos conseguir resolver apenas através do setor e das indústrias propriamente

ditas e das partes interessadas.

Queria, até por conta do que ouvi, falar de uma situação terrível existente hoje no mercado de suinocultura — na avicultura também não é diferente — de margens extremamente achatadas. Diria que não são nem achatadas, hoje o setor está trabalhando com prejuízo em função do mercado.

Mercado é mercado, dificilmente se consegue reverter, porque é questão de demanda, oferta e procura. Mas há elementos em que o nosso Governo, por exemplo, poderia amenizar a situação atual da suinocultura, que é o debate aqui, e também da avicultura.

Eu mesmo sou autor do requerimento em que solicitamos a presença do Ministro da Agricultura e do Presidente da CONAB para falar da política do milho, por exemplo, um dos grandes e principais insumos dessa área. O Governo simplesmente errou a mão na administração do milho. Estimulou através de programas de incentivo à exportação, quando o cenário já apontava logo na frente que não seria esse.

No Sul, o Paraná, Santa Catarina pagando quase 50 centavos... Em Santa Catarina o milho está custando 50 centavos o quilo. Isso seria preço de soja e não de milho, Turra. Quer dizer, é uma política totalmente errada. No momento em que há falta de produto, ele diz ainda ser detentor de um estoque razoável e não coloca isso no mercado. E quando o faz, coloca centavinhos abaixo daquilo que o mercado está ofertando. Quer dizer, não ameniza absolutamente nada o preço. Deveria entrar com um preço extremamente mais baixo para provocar que o mercado reagisse e colocasse o preço para baixo.

Se o mercado está num momento tão adverso por uma superoferta que temos ou porque a exportação teve bloqueios e não fluiu adequadamente, era o momento em que o Governo poderia entrar com o seu estoque regulador. Estoque regulador é para isto: para ofertar quando falta e comprar de volta quando o mercado, ao contrário, está deprimido, desfavorável ao produtor. E não foi isso que aconteceu!

Lamentavelmente, o Governo, a CONAB, através do estoque regulador, não desempenhou a sua função de agente regulador, não ofertou produto na hora certa. Então, é lamentável.

Essa posição com a Rússia... E aqui o depoimento explícito de alguém que está sentindo arder no caixa o quanto é um mercado desfavorável e o quanto não existe ajuda dos órgãos oficiais, como deveria.

Aí eu pergunto: onde estão os agentes oficiais? Onde está o Banco do Brasil hoje? Pelo contrário, fogem de todos aqueles que estão, em tese, com problemas. Produtores de frango e de suíno hoje viraram leprosos: *“Eu não o quero, porque esse cara está com*

problema e não vai me pagar”. Enquanto isso, bilhões... Eu concordo com a tese da BRF, Sadia e Perdigão, gigantes se fundindo.

Apresentei — agora há pouco comuniquei na Comissão de Finanças e vou fazer isso também na Comissão de Agricultura — proposta para trazer aqui o Presidente do BNDES, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Hoje os jornais estão anunciando quase 5 bilhões do BNDES, 10% dos 55 bilhões que nós aprovamos aqui na Câmara, há poucos dias, e que, aliás, o Senado ainda não referendou — entre hoje e amanhã está aprovando a medida provisória —, 55 bilhões de mais recursos do Tesouro, lastrados por título público, que custa mais de 1% ao mês, para patrocinar a junção dos dois maiores *players* de mercado varejista: Carrefour e Pão de Açúcar. Para fazer o quê? Vão pressionar os produtores de frango, de insumos, porque um gigante desse vai dar as cartas, vai estabelecer as regras de jogo. Quer dizer, esse dinheiro não pode ser aplicado numa fusão do varejo. Tem que ser aplicado no interior do Brasil, no setor produtivo, na agricultura, na pecuária, na suinocultura, na produção de frango e assim por diante. É certo que o BNDES aplique parte disso, mas pega 4 bilhões e meio e pulveriza no setor produtivo para ver o resultado que dá.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. (*Pausa.*)

Com a palavra Deputado José Nunes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, o que provocou, na verdade, esta audiência foi a questão do embargo russo. Cheguei um pouco atrasado, mas vi que a discussão transcorreu mais sobre a questão da produção do suíno, preço etc. Vi aqui alguns depoimentos importantes e marcantes, como, por exemplo, o preço da carne suína no Sul, a 1 real e 50 centavos e, no supermercado, a 9 reais.

Sabe-se perfeitamente que o custo dos impostos no Brasil chega a 33%. Acredito até que, na questão da carne suína, não seja 33%, mas deve ser perto disso. Portanto, temos o Governo com uma participação, em 9 reais por quilo, de algo em torno de 3 reais, o dobro do preço que o produtor rural recebe pela carne quando vende. De forma que é uma distorção muito grande.

Eu sou a favor do livre mercado. Acho que o que tem que regular o mercado é oferta e procura, mas determinados produtos, como o suíno, o leite e diversos outros

produtos devem ter um preço mínimo que possa regular o mercado.

Ficaria uma sugestão: por que o Governo não pega parte dos impostos arrecadados e financia o preço mínimo do suíno? Se isso acontecesse e o Governo transformasse 50% do que recebe com impostos para custear o preço mínimo, certamente teríamos o preço do suíno dobrado para o produtor.

Como foi dito, não é possível que os grandes queiram esmagar os pequenos. O Governo tem que encontrar fórmulas de financiar o pequeno produtor rural, não só do segmento do suíno, mas de todos os segmentos, porque é importante o fortalecimento principalmente do pequeno e do médio produtor, e não pensar somente no grande.

O que vemos realmente é uma realidade. Muitas vezes é o dinheiro, como foi o caso citado aqui de 10% de todo o dinheiro do BNDES para fusão de dois grandes varejistas quando, em passado recente, se pensava o contrário: *“Não vamos permitir a fusão dos grandes para não esmagar os pequenos”*. E hoje se incentiva os grandes supermercados. Isso realmente vai de encontro a qualquer norma de mercado, porque se sabe perfeitamente que os grandes muitas vezes se unem para realmente acabar com o pequeno.

Eu acho que o fortalecimento do pequeno vai redundar naturalmente no fortalecimento da agricultura, do comércio de um modo geral. E vamos ter um comércio e uma produção mais eficiente.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Vamos pensar dessa forma. Temos que encontrar uma maneira de realmente ter o preço mínimo em determinados produtos, como é o caso dos suínos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Deputado José Nunes.

Vou fazer um esforço, uma tentativa de síntese, porque foram várias questões apresentadas, mas um encaminhamento objetivo sobre aquilo que considero importante para o momento.

Se fosse possível, Turra, gostaria que ouvisse este encaminhamento, até para se posicionar sobre isso. Sei que o tempo para pegar o seu voo está estourado, mas, por favor, são só 3 minutos para o meu encaminhamento. Depois retorno a palavra para a Mesa, para os encaminhamentos finais. Se houver algum encaminhamento objetivo, obviamente vou conceder a palavra para alguém do plenário.

Eu não vou entrar no debate sobre os temas políticos que foram levantados no sentido de que, para a agricultura, zero; ninguém ajuda nada a agricultura! Esse é um discurso totalmente ultrapassado e não confere com a realidade. Portanto, discurso por

discurso, isso, para mim, não conta.

Quem está aqui é porque quer ajudar quem está produzindo. O Governo Federal anunciou, há poucos dias, 107 bilhões de reais de crédito. Melhora o seguro, coloca recursos. Agora, na sexta-feira, será anunciado o Plano da Agricultura Familiar, em Francisco Beltrão, 16 bilhões de reais em recursos. Vai trabalhar a PGPM, que é a garantia de preço mínimo. Isso é importantíssimo. Nós tínhamos só para o custeio, no PGPAF, e agora terá para o preço mínimo, com equalizações. Então, acho que isso é muito importante.

Então, não vou entrar nesse debate, até porque o Brasil passou por uma fase de pensar que não deveria crescer muito. Em outras épocas, os economistas pensavam assim: *“Não podemos crescer muito porque volta a inflação. Então, temos que controlar.”* Havia o juro alto e vários outros elementos que faziam com que a nossa economia ficasse baixa.

Hoje isso mudou. Nós trabalhamos com juros mais baixos, com estímulo ao crescimento, e o Brasil voltou a crescer. Infelizmente, não está preparado para esse crescimento. Essa é a grande discussão que o Brasil tem que fazer, do ponto de vista da infraestrutura. Então, temos que investir muito para acompanhar esse crescimento que, felizmente, o Brasil está tendo e está-se afirmando no mundo como o grande espaço de produção e de exportação. Então, temos que nos preparar para isso.

Acho que esse é o esforço que estamos juntos aqui para propor. Então, não vou entrar no debate político. Considero que, às vezes, tem alguém que perdeu politicamente na sociedade e quer recuperar-se aqui com discursos aos quais eu não dou muito valor.

O que importa aqui? Acho que existem três aspectos, blocos que apareceram e que tentei fazer uma síntese na minha cabeça — não quero fazer nenhuma injustiça.

Primeiro: quando propus a audiência, era sobre a crise da suinocultura agravada pelo mercado russo. Essa foi, inclusive, a fala que fiz aqui. Estávamos com uma crise agravada pelo mercado russo. Foi esse o meu pedido, à época, para deixar bem claro. Não foi a partir da Rússia. Não. Foi agravado, porque estava a 2 reais e 50 centavos, tinha caído para 2 reais e 30 centavos e, quando entrou o mercado russo, caiu para 1 real e 70 centavos, 1 real e 60 centavos, 1 real e 80 centavos praticado para o produtor.

Mas foi necessário. Depois, debatemos o conjunto das carnes, não só da suinocultura. Acho que foi importante a sugestão que o Deputado Onyx Lorenzoni trouxe para nós. Então, todos os setores das carnes puderam manifestar-se.

Sobre esse primeiro bloco, sobre o mercado russo, mercado que ficou evidenciado em torno de 20%, 16%, Valdomiro Ferreira, não é a questão da crise principal, mas

precisa ser resolvida. É um mercado importante. Todo o esforço... E isso vimos no Ministério. Já fui antes com o Ministro e com o Jardim e acompanhamos todo o processo que o Itamaraty está fazendo. Então, todo esse esforço é redobrar com uma ênfase especial: busca de mercados mais diversificados. Acho que essa é a nossa grande lição, porque 42% num país, há de se convir que ainda é bastante concentrado. Então, precisamos retomar imediatamente todos os esforços que estão sendo feitos aqui e diversificar. Esse é o desafio. Colocaria isso como um primeiro bloco.

O segundo bloco é sobre o tema do mercado interno, que dialoga muito com o tema do consumidor, do consumo da carne suína no Brasil. E quero salientar que existe o tema do SUASA, que apareceu aqui. Portanto, agilizar para que muito mais agroindustrializações possam acontecer, para oferecer ao mercado, porque acho um tema importante.

Há o tema das redes de supermercados. Eu participei de CPI de Carne, CPI do Leite, no Rio Grande do Sul, e sempre ficou identificado que, do ponto de vista das redes de supermercado, Folador, ele é o grande espaço que determina, frente às indústrias inclusive, a questão do preço.

Eu quero solicitar aqui, porque eu acredito que o Governo deve ajudar, inclusive quando financia — como foram feitas várias citações aqui —, a condicionar: ou não faz, ou condiciona. No FUNDOPEM, por exemplo, quando existia o fundo — lembro disso no Rio Grande do Sul — para uma empresa, a condição para a empresa era que ela não demitisse, que ela colocasse mais trabalhadores e que desenvolvesse um conjunto de atividades. Daí, ela receberia o dinheiro, que é público.

Eu acho que o Estado... Temos criar a consciência de que no momento em que há financiamento público para uma empresa, tem que haver as correspondências em relação a isso. E a correspondência seria condicionante em relação a esse tema de promoções, de divulgação, de um conjunto de atividades para que o mercado interno pudesse absorver esse estoque vivo que nós vamos ter, que é o tema da carne da suinocultura.

Então, eu queria ter uma sugestão mais concreta, se alguém tem aqui, de como podemos levar adiante isso. Eu acho que, como Comissão, nós tínhamos que, sim, levar aos Ministérios que já estão representados aqui. Mas eu não sei se nós não deveríamos ter uma ação mais articulada entre o Governo, o setor industrial e as associações que estão aqui para enfrentarmos essa situação frente às grandes redes de supermercados, para termos promoções nelas, para poder baixar o preço, para o consumidor poder consumir mais carne.

Acho que essa seria a solução, para mim, das mais importantes. Então, eu quero

deixar isso como encaminhamento. Os senhores me ajudem a encaminhar sobre esse tema a que me refiro, do mercado interno de consumo.

E o terceiro e último elemento, que foram as questões levantadas aqui, é sobre os temas estruturais. Aqui entra custo de produção. E aí entra muito forte a ideia do milho, que apareceu várias vezes, e outras modalidades alimentares, que apareceram ontem. Estávamos debatendo arroz ontem; outra época, nós debatemos trigo. Mas é preciso, de fato, ter agilidade do repasse de milho, para diminuir o custo de produção.

Nós já tivemos na CONAB, em audiência, outro dia. Sei que há um esforço de fazer com que chegue aos produtores, mas não chegou ainda neste momento. E o produtor está na expectativa de receber esse milho, o conhecido milho a balcão, com uma caracterização, inclusive, dos integrados, porque os integrados, a princípio, estão fora dessa faixa. Mas existem muitos integrados que fazem mesmo a razão.

Nesse caso, tenho defendido — inclusive levei o documento ao Presidente da CONAB — que eles também possam estar nesse recebimento do milho em relação a esse tema.

Então, realmente, sobre esse tema, acho que nós temos que ter agilidade e buscar um preço que seja também significativo, para poder interferir na redução do preço do milho, porque se for a 27, 28 reais, como foi anunciado, não altera muito em relação a 30, 31 reais. Então, nós precisaríamos baixar o preço desse milho.

E a questão da exportação do milho. Nós não podemos, no Brasil, num momento em que precisamos do milho mais barato, exportar milho. Então, acho que esse é um tema importante que também apareceu junto com outros temas estruturais, que é o tema da lei, como ficou bastante salientado aqui relativamente às integrações. Nós temos que ter uma nova formatação da relação contratual entre o produtor e as agroindústrias. Isso é muito importante. Não dá para viver nessa dependência.

Então, eu caracterizaria em três blocos: o tema do mercado russo, que é um elemento que está em debate; o segundo, que é o mercado interno, que é, fundamentalmente, aumentar o consumo para nós passarmos por essa crise e, estruturalmente, também já resolver a médio prazo, porque a maior parte é consumo interno; e os temas estruturais.

Parece-me que esses são os encaminhamentos que, ao menos, eu tentei fazer o esforço aqui para encaminharmos.

Eu vou, agora no final, repassar a palavra, em primeiro lugar, ao Francisco Turra, porque ele precisa sair por causa do voo. Mas eu quero recolher sobre esses pontos ou algum outro ponto de encaminhamento concreto, objetivo, para podermos, depois deste

debate, de fato, sair com a expectativa de que algo, de fato, vá se fazer sobre esse tema.

Com a palavra o Sr. Francisco Turra.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO TURRA - Uma observação apenas, uma análise que eu faço, falando pela avicultura. Não estou falando pela suinocultura, nem pelos fumicultores do Brasil, sobre o que foi dito pelo Deputado Marcon — eu diria se ele estivesse aqui.

Primeiro eu não tenho nenhum preconceito sobre grande, pequeno e médio. Como em tudo, há pequenos que maltratam, há médios que maltratam, e há grandes que maltratam; ou que tratam bem.

Eu sou filho de uma região que floresceu, que se tornou rica a partir de uma milagre que se chama integração para a avicultura. Não estou falando — viu, Folador? — do que acontece com a suinocultura, porque não conheço.

Mas veja: a integração... O Deputado Valdir Colatto trabalhou um projeto junto com o Pedro e comigo, principalmente, para a suinocultura e avicultura, e, com alguns detalhes apenas, nós podemos ter uma lei definidora de responsabilidade. Isso tem que ter. A EMBRAPA hoje faz. Tem que ser alguma coisa transparente, proteger o integrado, sem dúvida nenhuma.

No dia em que morrer a integração, a avicultura se foi. Aí, sim, vai ficar nas mãos de grandes. Hoje, não há grande integrado na avicultura. São pouquíssimos os que têm a condição de médio, de grande. E, no mundo, avicultura integrada é só o que deu. Tailândia, Estados Unidos, 100%; e no Brasil, graças a Deus, 85%. Eu, se fosse industrial, não compraria jamais frangos de um produtor independente, porque não teria confiança em saber se ele seguiu os padrões que temos de ração, de tratamento, de tudo. Jamais!

Então, acho que na avicultura a integração é indispensável. Tem que trabalhar, tornar transparente, mas eu não tenho preconceito. Acho que é indevido ter preconceito entre grande, pequeno e médio, como em tudo. A porcaria grande, pequena e média; e a coisa que trata bem.

E nós temos feito, na UBABEF, apelo para que nossas empresas tratem bem o integrado, para poder sobreviver; apelos permanentes, inclusive estimulando cursos, capacitação, aproximação. Alguns efetivamente podem não tratar bem, mas a resposta acho que se dá de maneira natural, até por uma questão de mercado.

Só para deixar claro, para não transparecer aqui e dizer: *“Olha, o grande está destruindo, oprimindo, matando e tudo”*. Na AMBEV não acontece isso e em outras, também não.

O estímulo do Governo foi dado, porque certamente ele imaginou que, entre uma

empresa quebrando e se juntando com outra, valia a pena se juntar. Não cabe a mim dizer. A política foi de Governo e de BNDES. Eu gostava muito de ver duas marcas da avicultura e das carnes brilhando no mundo, que era Sadia e Perdigão. Mas houve a necessidade. E acho que o grande mal hoje é a demora para definir. O investidor que acreditou na fusão hoje desacredita no Brasil. Então, isso eu acho que é um mal muito maior.

Mas eu estou disposto, Sr. Presidente, a debater, como associação — o Pedro, *idem*; o Camardelli certamente também —, qualquer tema que seja para ajudarmos o setor, todos os elos da cadeia ganharem. Eu volto a dizer: analisem bem aqui, para ver qual o elo que está ganhando, empatando, perdendo e ganhando demais. Analisem, tenham essa coragem.

Vou dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Turra.

Pessoal, agora é tiro curto. É objetividade, para nós depois também concluirmos. Vou recolher sugestões. Depois, passarei a palavra à Mesa, para concluir.

Tem a palavra o Sr. Marcelo, por favor.

O SR. MARCELO DIAS LOPES - Em um primeiro momento, eu gostaria, novamente, de agradecer esta oportunidade de participar desta audiência feita por esta Comissão.

Saliento ao Ministro Turra que, na área de suinocultura, eu compraria também de pessoas independentes, de criadores independentes. Nós temos qualidade tanto na área dos independentes quanto dos integrados.

Mas com relação ao varejo, Deputado, a Associação Brasileira já vem trabalhando muito forte nesse sentido. Nós temos um programa, em parceria com o SEBRAE, em que já estamos trabalhando em nove Estados, mostrando a qualidade da carne suína, os novos cortes, os novos padrões. Porém, é muito difícil isso ser feito somente por nós, apesar da parceria com o SEBRAE. Seria necessário também que o Ministério se manifestasse nesse sentido. As pessoas precisam saber que a carne suína tem qualidade e que existem opções de corte diferentes daqueles tradicionais que nós estamos comendo. E — esta é até uma colocação do Deputado Colatto e dos demais — o que efetivamente precisaria ser feito, neste momento, para que nós resolvêssemos o problema ou diminuíssemos um pouco essa pressão em cima? Obter junto à CONAB a liberação dos estoques de milho aos produtores a preços subsidiados. Isso emergencialmente. Nós precisamos imediatamente disso para podermos dar uma sobrevida aos nossos produtores.

A prorrogação das dívidas de custeio pecuário também é outra coisa importante — extracota.

E uma ação do Governo no sentido de diminuir os estoques já existentes no País. Custeio e investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Eu retomo. Então aqui, para a CONAB... Aqui nós temos, centralmente, os encaminhamentos, e eu quero refazê-los, mais uma vez. Acho que um encaminhamento objetivo é o tema do milho. Nós não temos como sair daqui sem ter uma resposta mais objetiva sobre o tema do milho. Então eu quero que a CONAB possa dar essa resposta.

Ao Dr. Jardim, sobre a questão sobre o tema das dívidas. Nós já levantamos isso com o próprio Ministro Rossi, porque há a questão das renegociações automáticas no caso de quem está com dificuldade. Isso já permite negociação caso a caso. Mas talvez caiba uma orientação pelo Ministério aos bancos, para que, ao tratarem disso... Acho que essa orientação seria importante que viesse, Dr. Jardim, por parte do MAPA aos bancos, porque muitas vezes eu ouço os produtores dizerem o seguinte: “eu vou ao banco, mas tenho dificuldade na negociação”. Então, se viesse uma orientação por parte do Ministério, isso poderia nos ajudar.

E há a questão também, Dr. Jardim, desse apoio e parceria, que o Governo precisa trabalhar no sentido da validação da qualidade do produto, da divulgação; no sentido do envolvimento do Governo nas propagandas, para forçarmos uma queda no preço e maior consumo.

Eu acho que esse é o tema para o Dr. Jardim.

Se há ainda algo em relação aos temas... Ah, eu sei que o Itamaraty está em um esforço conjunto. Aqui se questionou muito sobre o que os nossos adidos estão fazendo nas áreas da agricultura. Eu só tenho ouvido referências positivas, mas também este é um tema que foi levantado, e muito. Sobre isso eu gostaria que houvesse um comentário, ao final.

Então encerramos com essas três falas aqui, ao final.

Por favor, Dr. Thomé.

O SR. THOMÉ LUIZ FREIRE GUTH - Por sorte, o milho é um produto com o qual trabalho diariamente. Então, eu conheço até bem a realidade do que foi o milho, porque de 2009 para cá estou trabalhando com o milho na CONAB.

Realmente, houve alguns questionamentos aqui com relação a esta questão: “O Governo errou a mão na questão dos incentivos para o milho, e, por essa razão, houve muita exportação de milho”.

Até o início deste ano, de janeiro a fevereiro, houve realmente um volume de exportação bem acima do que é a média histórica de exportação de milho do Brasil. A gente sabe que muito disso foi em função de PEP mesmo; não há como dizer que foi o contrário. Às vezes, eu me preocupo muito em função dessas questões muito imediatistas: “*como vamos resolver esse negócio?*” Eu sei que o pessoal está apreensivo, e é razoável a apreensão dos produtores, mas eu vejo a questão do milho assim. A gente tem que começar também a analisar, como o Deputado Onyx falou aqui, a questão do planejamento daqui para frente.

A gente tem uma situação de milho peculiar agora. A gente não sabe como vai se desenvolver a questão dessa safrinha agora de milho no Mato Grosso. Então, o milho do Mato Grosso e do Paraná... Com a geada que ocorreu esta semana, a gente não sabe a dimensão das perdas que podem ter acontecido; e não só perda de quantidade, como também perda de qualidade.

Os senhores que são produtores de suíno sabem que o milho que veio da primeira safra veio de uma qualidade, em função de grãos ardidos, muito grande. E esse é um milho que o setor não vai consumir. Então pode tirar... Às vezes, há um volume X de milho lá, mas grande parte não vai ser consumida porque vai ser descartada em termos de qualidade. Então a gente tem que saber realmente quanto vai haver de milho no final do ano.

Existem três formas de venda de estoque público. VEP, que é com subvenção, que é feito com subvenção; e para isso a gente depende do apoio inclusive dos Srs. Deputados, de forma a pressionar a questão no Ministério da Fazenda para fazer voltar a discussão dessa portaria. Porque, para cada VEP que se faz, para cada instrumento que se tem de fazer por lei, a gente tem que fazer uma portaria determinando volume e prazo, de início e fim. Então o VEP que foi feito no início do ano foi feito para um volume X; então é preciso fazer uma nova portaria.

Já participei de várias discussões no ano passado em relação a isso. É uma discussão cansativa porque, como Ministério da Agricultura, a gente defende certos parâmetros que nos permitem ter uma flexibilidade em cima de prêmio maior, e o Ministério da Fazenda dá uma retraída em cima disso. Então precisa haver uma certa pressão, realmente, da Câmara, talvez no sentido de facilitar essa negociação com o Ministério da Fazenda, para poder fazer o VEP direcionado para a Região Sul. Porque vão alegar para a gente — e eu já conheço até a conversa — que, por exemplo, há milho colhido no Rio Grande do Sul, há estoque privado no Rio Grande do Sul, e, talvez, não haja necessidade de se fazer. Essa é a alegação que vão fazer para a gente, se eu bem

conheço.

Então há a questão da venda a balcão, que é como eu falei. Venda a balcão está se removendo do Paraná. Então, do Paraná, está saindo para Santa Catarina. Já foi feita a licitação do frete, já começou. É de 35 mil toneladas para a venda a balcão para Santa Catarina. Para o Rio Grande do Sul, a gente sabe que há um pleito, e estamos discutindo a questão desse pleito. Mas a esfera superior da CONAB que está discutindo, o pessoal, o Superintendente, o João Cláudio Dalla Costa, é responsável pela questão de venda a balcão.

E há as vendas diretas, em que a gente tem que seguir as regras que são das Portarias nºs 182 e 454, que são antigas e estão inclusive sendo reestudadas para estruturação. Porque você depende, infelizmente, de regras. Você tem que pegar preços de mercado. No máximo, você pode dar um deságio de safra, que é o que muitas vezes a gente tem feito. Ou deságio de safra, ou de qualidade. No caso, a gente deu deságio de safra em Minas Gerais porque o preço estava a 27 reais. A gente conseguiu para venda direta do estoque, em Minas Gerais, através de um deságio de safra, vender a 23, mais ou menos. Então a gente conseguiu colocar a um preço abaixo do de mercado. É essa a ferramenta legal que a gente pode fazer. Porque a gente também não pode entrar fora das ferramentas legais, senão o Tribunal de Contas vem em cima da CONAB e questiona a nossa postura com relação a estoques públicos.

Então era basicamente isso que eu queria falar.

Só quero salientar uma coisa que eu esqueci de falar e que eu acho importante: eu estive dando uma palestra no Rio Grande do Sul, na COTRIJUI, a respeito do mercado do trigo, e esse foi um ponto que foi abordado. Eu coloquei essa questão porque isso influencia diretamente no milho e vai influenciar diretamente no preço do insumo final para a suinocultura e a avicultura.

A gente tem um custo de produção para milho e para trigo, para outros insumos, alguns insumos dentro de defensivos e fertilizantes, em relação inclusive ao MERCOSUL— quem sabe do Rio Grande do Sul sabe disso —, de três vezes o valor do que é vendido aqui. O mesmo insumo, o mesmo defensivo, o mesmo fertilizante é vendido por três vezes o preço em que é vendido na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.

Então, realmente, a gente tem umas questões — como o Deputado falou bem — estruturais. E, dentro dessas questões estruturais, há o nosso custo de produção e, questão que vou a frisar novamente, o nosso custo logístico, que é muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Eu só quero que a CONAB nos dê uma oportunidade de sentar com vocês e montar esse programa de abastecimento. É

isso que nós estamos pedindo há anos, mas não estamos sendo atendidos. Nós não queremos tudo, mas também não aceitamos o nada. Nós queremos ter a oportunidade de criar um programa de atendimento aos produtores que necessitam. Nós temos elementos, temos informações e sabemos o que é necessário para esses produtores. Então nós pedimos essa oportunidade de criar esse programa com vocês para que nós não tenhamos essas dificuldades de milho a balcão, que é o programa social e tal. Então nós precisamos ter...

E outra questão: quem exporta em uma cadeia não pode ser contra a exportação de outra. Agora, nós precisamos ter um programa de abastecimento de milho para o País, em primeiro lugar. E aí pode-se exportar o que for necessário. Agora, tem que se criar esse programa para atender à demanda de suínos, aves e leite.

O SR. DEPUTADO ASSIS COUTO - Sr. Presidente, permita-me só um minutinho para fazer uma colocação para o Luiz da CONAB.

Na realidade, nós temos as opções de compra, de leilão. Nós sugerimos, na CONAB do Mato Grosso, a opção de compra do milho, a opção de prêmio de compra. Acho que seria uma alternativa bastante interessante para o produtor, porque ele não investiria tanto dinheiro nesse momento; e nessa opção de compra ele teria a possibilidade de negociar com o CONAB.

A outra situação é que tudo isso deveria ser passado exclusivamente pelas associações de produtores, que sabem onde estão os produtores e quem realmente necessita de milho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Eu queria fazer um encaminhamento concreto também.

Eu e o Deputado Valdir Colatto estivemos juntos, acompanhando as ações na própria CONAB. Só que já deu um interstício de 3 semanas e não houve uma solução efetiva.

Eu solicitaria aqui uma combinação. Ao final, depois da reunião, nós conversaríamos para ver, talvez até hoje à tarde, com os técnicos, se dá para operacionalizarmos, porque as pessoas estão aqui, em Brasília, e sempre tem também o problema do deslocamento.

Depois combinamos. Talvez uma conversinha depois, e V.Sas. à tarde poderiam ir juntos. Vamos combinar isso para, de fato, termos uma agilização nisso que me parece ser importante.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Sr. Presidente, primeiro quero deixar bem claro que vou levar essa questão das propostas que foram feitas em relação à

renegociação. Vou levar ao Sr. Ministro, ao Secretário de Política Agrícola a orientação do MAPA sobre a questão do banco. Também vou levar algumas propostas que foram apresentadas aqui e que não são afetas à minha área.

Quero só fazer uma explanação, com a permissão do Ministro Paulo, a respeito da questão dos adidos agrícolas, que têm nos apoiado bastante; inclusive, têm nos antecipado algumas informações. Quero dar nosso testemunho em relação a isso.

O Deputado Assis do Couto fez uma exposição em relação ao SUASA.

O Ministro está trabalhando, e é uma determinação da Presidência. Estamos trabalhando de forma muito forte, de forma rápida, para colocar em funcionamento o SUASA, que é um sistema único de atenção à sanidade. A lei do sistema único foi aprovada por V.Exas. aqui, e é importantíssima para nós.

Dentro do SUASA tem um sistema de inspeção que vai ser avaliado, ou já está sendo avaliado, em parceria com o MDA, num processo de avaliação. Então, existe, na verdade, inclusive, o interesse da Presidente Dilma, com a determinação de o mais rápido possível implantarmos o SUASA, que acho que dentro do sistema de defesa é importantíssimo, porque vai integrar o sistema de defesa seja nos Estados, seja nos Municípios.

Entendemos que, com a questão do SUASA, nós vamos trazer para o sistema de defesa agentes importantes. Infelizmente, criou-se um paradigma de que defesa sanitária é algo do Estado, é do Governo. Queremos inserir nesse processo, Deputado Valdir Colatto, a importância do técnico agrícola; queremos colocar nesse processo agrônomos, veterinários, zootecnistas particulares, dentro do sistema de defesa, para conseguirmos ter uma capilaridade maior ainda. É importante.

O SUASA é uma lei que foi aprovada no Congresso Nacional, com origem nesta Casa e nesta Comissão. E isso nos dá uma tranquilidade.

O SR. DEPUTADO WALDIR COLLATO - Secretário Jardim, como é que está o problema do SUASA? Pelo que ouvi, parece que está parado. Ou o Ministério da Agricultura é que não está conseguindo deslanchar para implantar de vez? Fizemos a nossa parte. Agora têm que implantar, e aí está a dificuldade.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM - Pelo que eu entendi da explanação do Deputado Assis do Couto, a sua preocupação está com um item do SUASA, que é o Sistema Brasileiro de Inspeção — SISBI. Esta é a discussão.

Estamos com a pareceria que nós montamos com a CNA na época do Ministro Reinhold Stephanes. Hoje, COM o Ministro Wagner, nós aceleramos esse processo. Montamos aquela plataforma de governança, em que possamos ter... Nós temos uma

plataforma única. Vamos ter lá todos os produtores, os produtos que eles têm dentro da propriedade; vamos trabalhar em cima das empresas, sobre o que tem cada empresa. Aí vamos discutir a questão do trânsito, do GTA eletrônico, essas discussões todas que estão sendo colocadas aí. Vamos ter com essa instrução, adotando a ISO 30000. Volto a dizer: governança, risco, conformidade — esse é um instrumento muito mais ágil, inclusive de informações, para que V.Exas. possam até avaliar algumas regras para podermos modernizar.

O sistema de modernização passa por uma revisão de algumas regras que temos aí, e uma delas, importante, é a questão do SISBI, para integrar Município, Estado e Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado, Dr. Jardim.

Ministro Mesquita.

O SR. DEPUTADO ASSIS COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

Presidente, a fim de esclarecimento. Com relação à redução de estoques, a sugestão é a aquisição pelo Governo Federal para sistema prisional, sistema Exército, Fome Zero, algo assim? Estou pedindo só um esclarecimento. Redução de estoques é aquisição pelo Governo do excesso de carne que está no mercado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - A ideia levada ao Governo é esta: para onde se vai destinar o produto. A compra do arroz agora foi para ajuda humanitária, por exemplo. O importante é a retirada de produtos do mercado para que haja reação do preço.

O SR. DEPUTADO ASSIS COUTO - Há opções de destinação. Por exemplo: Exército, sistema prisional, Fome Zero, ou mesmo doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Todas as opções que se puder ter.

Ministro Mesquita.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA - Rapidamente.

Primeiro sobre os adidos. A apreciação de todas as nossas embaixadas onde trabalham os adidos é muito positiva. Eles têm trabalhado com exclusiva dedicação para expansão das exportações agrícolas com grande competência e profissionalismo.

O último ponto é só para reiterar que a própria Presidente da República já expressou a sua determinação por essa diversificação de mercado, pela expansão das exportações de carne. O Governo inteiro e o Itamaraty em particular estão comprometidos com esse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Vamos já concluir nossa reunião.

Estavam trazendo a informação do envio da carne suína para a África do Sul. É uma notícia que está na Internet agora. O Ministro Rossi a estaria colocando para a África do Sul. É uma notícia quente. Do Rio Grande do Sul, foi assinada novamente a portaria da alíquota zero para a carne suína que sai do Estado.

O SR. DEPUTADO ASSIS COUTO - Venda interna, mas dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Notícia do Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Deputado, eu queria só aproveitar aqui a presença do Ministro Mesquita, para que ele fale rapidamente sobre os adidos agrícolas; onde estão e qual é o papel deles e o poder que têm dentro da complexidade do Ministério das Relações Exteriores, do Itamaraty. Parece que nove foram contatados. Gostaria de saber se a colocação dos nossos produtos lá fora é realmente prioridade do Itamaraty. Porque precisamos vender o nosso produto brasileiro.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA - O Dr. Jardim pode me ajudar aqui com a lista dos adidos. Temos adido em Bruxelas, junto à União Europeia; um adido em Genebra, na missão junto à OMC; em Moscou, Pequim, Washington, Japão, África do Sul, Canadá e Argentina.

Esse tipo de contato técnico, por exemplo, entre as autoridades sanitárias e a autoridade sanitária local, é feito com grande presteza e competência por esses adidos. Há rapidez na transmissão das informações, na obtenção de esclarecimentos. Por exemplo, nesse caso da Rússia, a dúvida sobre quais são os pontos suscitados. Às vezes, uma pessoa que não é da área tem dificuldades em saber, e as críticas são muito gerais. E o adido tem a capacidade de identificar o problema para facilitar uma resposta por parte do Ministério da Agricultura.

Quanto ao Itamaraty, posso lhe assegurar que no departamento econômico a expansão das nossas exportações agrícolas é a prioridade absoluta. Isso ocupa boa parte do nosso tempo e boa parte do nosso pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bohn Gass) - Obrigado.

Vamos encerrar, agradecendo a representatividade tanto ao setor produtivo de transformação, quanto aos setores governamental e de entidades de classe. Vou encerrar esta reunião. Antes, porém, convoco os Srs. Deputados para participarem de reunião deliberativa dia 6 de julho, quarta-feira, às 10h, neste plenário.

Está encerrada, com os agradecimentos, a presente reunião. (*Palmas.*)